Maio/Junho 1982

Editado pela Fundação Nacional pró-Memória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 18
*pró*Memória

# ITU-SÃO PAULO

## A restauração da Igreja do Carmo

**A Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, em Itu, é significativa não apenas pela recuperação de um monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas também, e principalmente, por constituir-se em exemplo concreto do seguimento da filosofia de trabalho da SPHAN/pró-Memória: a conscientização e conseqüente participação das comunidades, dos municípios e Estados na ação de preservação do acervo cultural do país.**

**Nos trabalhos de restauração do referido monumento, que se encontram em execução, essa participação se faz de modo evidente, através de convênio de cooperação financeira assinado, em 1981, entre a Prefeitura Municipal de Itu, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo-CONDEPHAAT, a Província Carmelitana de Santo Elias e a Fundação Nacional pró Memória.**




Arquivo SPHAN

*A igreja foi estabilizada e teve a sua cobertura totalmente recomposta.*

A 9ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória deu início à segunda etapa das obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Itu, após a conclusão dos serviços de estabilização do monumento e da recomposição total de sua cobertura. Os trabalhos foram iniciados no ano passado - superada uma antiga questão judicial entre a Prefeitura Municipal e o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–IPHAN (ver adiante) – e incluíram ainda amplo levantamento documental a respeito do imóvel em arquivos de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, no sentido de um conhecimento mais profundo da história do monumento, inscrito em 1966 no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. De posse desse histórico e dos dados colhidos em prospecções realizadas no corpo da igreja está sendo possível aos técnicos envolvidos nos trabalhos a definição de alternativas mais adequadas de intervenção.

O plano de obras de restauração da igreja constitui a primeira fase de um trabalho mais amplo que deverá, num segundo momento, envolver o convento e área contígua, visando à recomposição e valorização do conjunto arquitetônico, exemplar que reúne sem grandes alterações as características básicas das soluções de arquitetura adotadas pelas ordens conventuais em São Paulo.

Dentre os trabalhos previstos na atual etapa estão os de restauração das pinturas existentes nos forros da capela-mór e da nave, datadas do século XVIII, de autoria do padre Jesuíno do Monte Carmelo, considerado por Mário de Andrade como "a mais curiosa e importante figura da arte colonial paulista". A recuperação desses elementos artísticos estará a cargo de um especialista em conservação de pinturas.

Após o tombamento, as pinturas do padre Jesuíno foram consolidadas e restauradas pela equipe técnica do Patrimônio, que prestou ainda assistência aos serviços empreendidos na estrutura do templo religioso. Na ocasião, concluídos os trabalhos, o monumento encontrava-se em razoável estado de conservação, embora apresentando evidências de reformas descaracterizadoras, realizadas em época anterior ao tombamento.



Arquivo SPHAN

*Pintura do forro da capela-mór, 1942.*

## EMBARGO

Em 1968, sem a necessária anuência do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Prefeitura Municipal de Itu, em entendimento com a Província Carmelitana, iniciou a abertura de uma rua em área pertencente à quadra conventual, o que levou à demolição da Capela do Jazigo. Com base na legislação vigente, o 4º Distrito do IPHAN impetrou mandado de segurança e conseguiu embargar as obras. A questão demandou morosa tramitação judicial. Havendo o IPHAN obtido ganho de causa, os interessados recorreram com pedido de *destombamento* do imóvel a fim de dar continuidade à abertura da rua e loteamento do antigo quintal da propriedade carmelitana. A questão novamente tramitou longamente sem qualquer definição, face às considerações e impedimentos levantados pelo IPHAN.

O impasse somente foi superado em 1979, quando, em reunião mantida na cidade de Itu, representantes da Prefeitura Municipal, Província Carmelitana de Santo Elias, CONDEPHAAT e IPHAN, em comum acordo, chegaram à conclusão que era necessário o restabelecimento do primitivo agenciamento e a restauração do conjunto arquitetônico, diante do seu precário estado de conservação. Resolveu-se ainda que os trabalhos deveriam ser desenvolvidos conforme orientação e coordenação da SPHAN e os recursos financeiros, necessários ao empreendimento, seriam destinados em igual parte, pela SPHAN, CONDEPHAAT e Prefeitura. À Província Carmelitana caberia a responsabilidade de manter o monumento após sua restauração. Para formalizar o acordo, assinou-se o convênio.

## HISTÓRICO

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi construída, basicamente, em duas etapas. Entre 1720/1730 foram feitos, simultaneamente aos dormitórios dos padres, o corpo da nave e corredores laterais, guarnecidos de três altares – o altar-mór e dois colaterais. No plano original estava prevista a construção da capela-mór, concluída anos depois. Algumas obras tais como senzalas e assobradamento dos dormitórios, foram executadas no conjunto carmelitano entre 1740/1765.

A obra definitiva da igreja somente ocorreu no último quartel do século XVIII, entre 1777/1787. Essa segunda etapa, considerada como "redificação" registrou a conclusão do corpo da igreja, fatura da capela-mór e sacristia, alterações no interior e na fachada, novos altares na nave, etc.



Arquivo SPHAN

*Reprodução de foto antiga do altar-mór, foto de 1910/1930.*

No século XIX e na segunda década do atual ocorreram duas reformas do templo: a primeira em 1861/63 e a segunda em 1917/19, sendo esta última de maior envergadura.

A etapa inicial da construção, na verdade, vai de 1718 – quando Frei João Batista de Jesus, Comissário da Venerável Ordem Terceira do Carmo de Itu pediu ao Senado da Câmara local a cessão de um terreno para assentar sua vivenda – até 1732 quando há expressa declaração de que o templo estava concluído e bento.

A "redificação" da igreja teve início sob a administração de Frei João Barbosa de Araújo Braga. Na primeira metade de 1781 foi concluído o corpo da igreja; em 1777 foram encomendadas as faturas das imagens e dos seis altares dos Passos do Senhor; em 1779 a Mesa da Venerável Ordem Terceira deliberou que se fizesse a capela, provavelmente a capela-mór. Durante esse período foi concebida e realizada a frontaria da igreja, que, com algumas modificações, permanece até hoje.

A indicação de "pintura e douramento no corpo da igreja", entre 1785/87, parece registrar o momento da fatura de um dos elementos mais significativos do conjunto artístico e arquitetônico carmelitano: as pinturas que adornavam e em parte ainda adornam o templo, de autoria do padre Jesuíno (na época ainda não viúvo e com o nome de Jesuíno Francisco de Paula). As madeiras que revestiam as paredes, servindo de suporte às pinturas, foram todas retiradas e/ou destruídas há dezenas de anos. Só restam as pinturas dos



Arquivo SPHAN

*Fachada do conjunto, foto de 1937. À direita a Capela do Jazigo, demolida em 1968.*

forros. A SPHAN registrou a existência de restos de painéis pintados, invertidos e servindo de degraus num lance de escada que liga o piso à torre sineira.

Passados os anos de exaltação religiosa e associativa dos senhores de engenho de cana-de-açúcar, a igreja caiu em relativo abandono. Assim, o patrimônio do Carmo foi sendo todo vendido. Em 1820, encontrando-se a capela-mór ameaçada de ruína, foram executadas obras de segurança. A torre, com problemas de deterioração, foi demolida em 1828. O convento, já praticamente vazio, foi requisitado parcialmente pela Câmara Municipal em 1830/31, para nele instalar a "escola pública de primeiras letras". O conjunto foi ampliado entre 1839/42 com a construção da Capela do Jazigo da Ordem Terceira.



Arquivo SPHAN

*Interior do Jazigo, reprodução de desenho de autoria de Miguel Dutra, 1840.*

# Itu cria Conselho para defesa de patrimônio

A Prefeitura de Itu já tem um instrumento legal para assegurar a preservação do acervo cultural do Município. Trata-se da lei recentemente aprovada pela Câmara de Vereadores, criando o Conselho de Defesa do Patrimônio Ambiental de Itu, responsável, a partir de agora, pelos pareceres acerca de tombamento de bens móveis e imóveis, encontrados em seu território, "cuja proteção, preservação ou conservação seja de interesse público em razão do seu valor histórico, estético, ecológico, paisagístico, arqueológico e turístico".

O Conselho, que inspecionará periodicamente os bens tombados, é integrado por representantes da Prefeitura Municipal, do Museu Republicano "Convenção de Itu", da Câmara de Vereadores, do Museu de Arte Sacra de Itu, da Sociedade Amigos da Cidade de Itu, do Centro de Convivência Cultural, da Sociedade Ituana de Belas Artes, de clubes de serviço da cidade, da Delegacia de Ensino local, dos arquitetos, engenheiros e jornalistas, indicados pelas respectivas categorias profissionais.

"Com a criação do Conselho - diz o Prefeito Olavo Volpato - esperamos impedir a desagregação do acervo cultural do Município, que é dos mais representativos na história paulista. Agora, poderemos agilizar os processos de tombamento, antecipando à ação dos Governos Estadual e Federal, na maioria das vezes demorada devido ao volume de processos que têm que ser analisados. A legislação recém-criada conta com o apoio total da comunidade - acrescenta - que vem adquirindo crescente consciência da necessidade de preservarmos a nossa memória cultural. Aliás, a idéia do Conselho surgiu de baixo para cima, através dos integrantes do Centro de Convivência Cultural, que praticamente impuseram ao Prefeito uma legislação que viesse a proteger os bens culturais de Itu".

O Centro de Convivência Cultural surgiu a partir de cursos sobre revitalização do patrimônio ituano promovidos pelo Serviço Social do Comércio-SESC. Os participantes desses cursos - pessoas das mais diversas atividades - através das discussões, adquiriram uma mentalidade voltada para a preservação desse patrimônio e passaram a agir de maneira mais sistemática agrupados no Centro.

O Centro conta com o apoio da Prefeitura Municipal, que, dentro de seus recursos, tem procurado orientar a comunidade no sentido de preservar o acervo do Município. "A grande luta nossa é motivar principalmente os proprietários a não destruir os imóveis considerados de valor patrimonial", diz ainda o Prefeito.

Pela nova legislação, ficarão isentos do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, taxas de aprovação de projetos e licença de funcionamento, os bens tombados pelo Município. Estado ou pela União. Com isso, a Prefeitura espera estimular o proprietário a manter o seu imóvel.

Ainda de acordo com a legislação, os bens tombados não poderão ser destruídos, dissolvidos, mutilados ou alterados, nem repados, pintados ou restaurados, sem prévia autorização do Conselho, sob pena de multa a ser imposta pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Ambiental de Itu, que manterá um Livro de Tombo para nele serem inscritos todos os bens e características peculiares de cada um para sua perfeita identificação.

# UNESCO deverá tombar o Palácio da Cultura, no Rio

**O Palácio da Cultura, antiga sede do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, deverá ser o primeiro monumento contemporâneo a figurar na lista dos Patrimônios da Humanidade, da UNESCO. O anúncio foi feito pelo Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, no dia 14 de maio passado, quando do encerramento da segunda visita que o Ministro Rubem Ludwig fez este ano, no Rio, a órgãos ligados à sua pasta (SPHAN nº 17, pág. 10). Nesse dia, o Ministro assinou convênios visando à recuperação e preservação do edifício, planejado e construído durante a gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde (1934–1945).**

**A proposta para a inclusão do prédio do MEC na lista dos Patrimônios da Humanidade será apresentada em outubro de 1983, quando o Brasil sediará um congresso da UNESCO. No entender do Secretário da Cultura, o Palácio "transcende à Nação brasileira", daí a importância do reconhecimento da UNESCO.**



Arquivo MEC

*Para o Ministro Ludwig, o Palácio da Cultura é marco da nova arquitetura brasileira.*

A assinatura de três convênios referentes ao Palácio da Cultura marcou o encerramento da segunda visita que o Ministro Rubem Ludwig fez este ano a órgãos vinculados à sua pasta, no Rio de Janeiro. O primeiro dos documentos firmados é um protocolo de assistência técnica entre o MEC e o Centro de Pesquisas da Petrobrás para o acompanhamento das obras de restauração dos elementos metálicos do edifício. O segundo convênio foi assinado entre a Fundação Nacional próMemória e o paisagista Roberto Burle Marx, visando à restauração dos jardins tombados do Palácio; e o terceiro, entre a próMemória e o Centro de Pesquisa e Orientação da História Contemporânea do Brasil, órgão da Fundação Getúlio Vargas, para levantamento e publicação dos documentos referentes à construção do edifício. À solenidade esteve presente o ex-Ministro Gustavo Capanema, para quem valeu a pena construir o edifício – "ele é eterno", afirmou, após a cerimônia.

Primeiro a discursar, o Secretário Aloísio Magalhães exaltou a figura de Gustavo Capanema. "Foi aqui– disse – que se iniciou fisicamente a construção de Brasília, graças ao pioneirismo, à clarividência de Gustavo Capanema. Há bens que não obedecem à cronologia do tempo, não precisam de longevidade, já nascem feitos, acabados. Nós, que herdamos este bem (o Palácio da Cultura), poderemos finalmente oferecê-lo a outras nações como um bem universal. Ao dr. Capanema devemos a clarividência de escolher quem deveria concretizar a obra". Segundo Aloísio Magalhães, quando Oscar Niemeyer participou da construção do prédio, ainda era jovem e desconhecido. "Aí – acrescentou – começava uma nova evolução, que culminaria com a construção de Brasília".

Depois da assinatura dos convênios e da fala do arquiteto Jorge Moreira, da equipe que construiu o Palácio da Cultura, o Ministro Rubem Ludwig falou, encerrando a cerimônia:

"Marco definitivo da nova arquitetura brasileira e padrão internacional da reformulação arquitetônica, o então edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, construído na gestão de Gustavo Capanema, é dos mais representativos do patrimônio nacional. Sua preservação constitui fator de promoção e harmonização do crescimento urbano, na medida em que se devem compatibilizar os interesses desse crescimento com as raízes culturais que lhe deram origem".

O projeto arquitetônico do Palácio da Cultura foi desenvolvido a partir do traçado do arquiteto Le Corbusier, por uma equipe da qual participaram nomes como os de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Jorge Moreira e Ernani Vasconcelos.

As obras que exigem maior urgência no esquema geral de restauração do Palácio já estão bem adiantadas: restauração das esquadrias da fachada, substituição dos vidros e impermeabilização do salão de conferências. Uma comissão ficou encarregada de traçar planos não só quanto ao aspecto físico do prédio como também quanto ao seu futuro como espaço cultural.

Os 50 mil azulejos pintados segundo desenho original de Cândido Portinari e que fazem parte do revestimento dos pilotis, violões e painéis do prédio estão sendo meticulosamente mapeados. A azulejaria sempre foi o setor que mais chamou a atenção dos que se interessam pelo destino do Palácio da Cultura, tantas têm sido

as deturpações causadas por reposições de má qualidade. O mapeamento dos 32 diversos tipos de azulejos concebidos por Portinari dará um levantamento do que precisa ser substituído e também da quantidade para futuras reposições.

Os jardins voltarão a ter a mesma feição de quando o Palácio foi inaugurado, inclusive com o revestimento de plantas da cobertura – considerado na época revolucionário – e que acabou desaparecendo. Para tanto, o paisagista Burle Marx, que planejou os jardins no início de sua carreira, usará plantas que se integrem ao traçado do prédio e que valorizem superfícies e volumes.

O MEC se encarregará de publicar a documentação sobre a construção do Palácio da Cultura, integrante do arquivo pessoal do ex-Ministro Gustavo Capanema, considerado pelos pesquisadores como o maior entre os dos contemporâneos do ex-Ministro. São cerca de 300 mil documentos – cartas, telegramas, plantas, pareceres de comissões, entre vários outros tipos – 120 mil recortes de jornais, 1200 fotografias.

# MEC libera recursos para obras no Museu Nacional

**No dia 10 de maio, primeiro dia de sua visita, o Ministro Rubem Ludwig esteve no Museu Nacional da UFRJ, na Quinta da Boa Vista, e anunciou a liberação de uma verba de Cr$ 100 milhões para a realização de obras de emergência no local, ameaçado de desabar. Um projeto completo, visando à restauração do prédio e à construção de um anexo onde funcionará a biblioteca, será elaborado até o final deste ano.**

Pisos de madeira atacados por cupins, rachaduras e infiltrações no teto e nas paredes de várias salas, algumas interditadas à visitação pública há anos por falta de segurança. Estes foram os problemas constatados pelo Ministro Rubem Ludwig na visita que fez às instalações do Museu Nacional da UFRJ, na manhã do dia 10 de maio.

O Ministro anunciou a liberação de recursos da ordem de Cr$ 100 milhões para o início imediato de obras de emergência no local, a serem determinadas pelo Diretor do Museu, José Henrique Millan. O Diretor, juntamente com o Reitor da UFRJ, Adolpho Polillo, e a botânica Maria da Conceição Beltrão, além de vários chefes de Departamentos do Museu Nacional, acompanhou o Ministro e o Secretário da Cultura do MEC na visita às 48 salas de exposição, os laboratórios e os setores de pesquisa do Museu, fundado por D. João VI, em 6 de junho de 1818.

As Salas dos Embaixadores e do Trono estão fechadas há 10 anos, por falta de segurança, e aguardam reparos. Há rachaduras nas paredes e nos tetos. Na Sala Rondon os cupins praticamente destruíram o piso de tábuas corridas. As duas primeiras ficam embaixo da Biblioteca de Ciências Naturais do Museu, com mais de 400 mil volumes.

No entender dos responsáveis pelo Museu, o risco de desabamento é muito grande. Quando D. João VI chegou ao Brasil, em 1808, o prédio já existia como casa rural. Trata-se de um imóvel bastante antigo e há risco tanto para o acervo do Museu quanto para o da biblioteca.

O Diretor José Henrique Millan explicou ao Ministro que as dificuldades no Museu são grandes: faltam museólogos e pessoal técnico, e o espaço físico é o mesmo de 20 anos atrás, embora o crescimento do acervo não tenha parado. No momento, está sendo discutido um projeto de modificação regimental que, dando ao órgão maior autonomia administrativa e financeira, lhe possibilite encaminhar soluções para seus crônicos problemas de espaço, verba e pessoal.

Na tarde do mesmo dia, o Ministro Rubem Ludwig, visitou a Fundação Casa de Rui Barbosa, em Botafogo, onde percorreu as instalações do Museu Rui Barbosa, visitando a biblioteca, a sala de antigas fotos e de documentos raros. Visitou em seguida, sempre acompanhado pelo Secretário da Cultura, a sede nova da Casa, onde funcionam o Museu de Literatura, os setores de publicações, cursos, de restauração de livros e documentos. O Ministro elogiou a situação da Casa de Rui Barbosa, "uma instituição acima da média brasileira, se comparada com outras casas de cultura do país, pelo estado físico do prédio e do seu acervo".

Na quinta-feira, dia 13, o Ministro esteve no Museu da República, onde anunciou que o MEC e o Metrô – cujas obras provocaram rachaduras em quase todas as salas – esperam a estabilização definitiva do solo para o início da reforma. Nesse mesmo dia, visitou o Instituto Nacional do Folclore, o Museu Edson Carneiro e inaugurou a Escola Circense do Instituto Nacional de Artes Cênicas–INACEN. A escola, pioneira, funciona em um circo de lona, montado na Praça da Bandeira, e já possui um corpo docente de 12 professores de várias nacionalidades e especializações.

## MUSEU IMPERIAL

"O mais conservado e bem cuidado do Brasil", assim o Ministro Rubem Ludwig classificou o Museu Imperial de Petrópolis. A constatação foi feita no dia 12 de maio, em prosseguimento à sua visita cultural no Rio: paredes pintadas, assoalho brilhando, indicações e explicações sobre todos os objetos expostos e um sistema de segurança que inclui até circuito fechado de televisão, impressionaram o Ministro, para quem "muita coisa está sendo feita para a preservação desse patrimônio. Eu vi situações de dificuldades agudas em outros museus, mas o clima aqui é bem diferente. A estrutura desse museu, o carinho da cidade e da direção fazem dele um exemplo".

A programação foi encerrada na sexta-feira, dia 14, com a visita, pela manhã, ao posto do MOBRAL em Acarí, favela na periferia da cidade; e à tarde, com a solenidade de assinatura dos convênios no Palácio da Cultura.

# CPI do Patrimônio conclui trabalhos e apresenta sugestões



Ma. de Lourdes Castro

*Patrimônio Cultural da Humanidade, Ouro Preto é uma das cidades históricas do país que sofrem a ameaça representada pelo progresso econômico.*

Após um ano de atividade, chegou ao fim, com a divulgação do relatório final, a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Câmara dos Deputados destinada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e avaliar a política do Governo Federal para sua defesa e conservação.

No documento, o Relator, Deputado Fernando Coelho, aponta as restrições em que foram estabelecidas as investigações, desde às inerentes à atuação das CPI's, no seu papel de fiscalizar os atos do Executivo, até às próprias ao momento político em que as atenções dos congressistas estão divididas entre temas de não menor importância, como a reorganização partidária. Acrescidas a estas restrições, o grande número de pessoas que não foi ouvido por motivos diversos fizeram com que o roteiro inicial não pudesse ser integralmente cumprido.

Contudo, o Deputado considera válidos os resultados, uma vez que levou a Câmara dos Deputados a questionar o tema, a manter abertos os canais de comunicação com os mais diversos órgãos e a sugerir a constituição de uma nova CPI que aprofundasse a investigação iniciada. Em especial, menciona que o recolhimento de subsídios servirá para, oportunamente, se consolidar e atualizar leis que disciplinam a matéria cujo texto básico data de 1937. Para o Relator, a repercussão do evento é uma forma de sensibilizar a opinião pública, pois, sem a participação do povo, "nenhuma política oficial obterá êxito. Mas que, simples destinatário, ele se deve consitituir no principal agente dessa política".

## A POLÍTICA CULTURAL

Uma política de proteção ao patrimônio histórico e artístico que delimita o bem cultural a partir de um conceito envolvente e atento às múltiplas manifestações do fazer humano, no ambiente em que este bem se insere, ou seja, no domínio daquelas coisas que deverão ficar guardadas e, ao mesmo tempo, não guardadas porque devolvidas à comunidade, foi expressa pelo primeiro depoente, o Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, na CPI do Patrimônio. Assim, definiu a política da Secretaria da Cultura como uma visão de conjunto e, também, como uma tentativa de compreensão mais abrangente dos fenômenos culturais para superar a maneira fragmentada e compartimentada de atuação diante desse universo (SPHAN nº 16, pág. 1 a 4).

Observa, ainda, Aloísio Magalhães a necessidade de se indagar sobre onde estariam os "testemunhos pretéritos", e até que ponto a nação estaria prestigiando órgãos encarregados de guardar a memória nacional para ser devolvida às gerações futuras.

## ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU

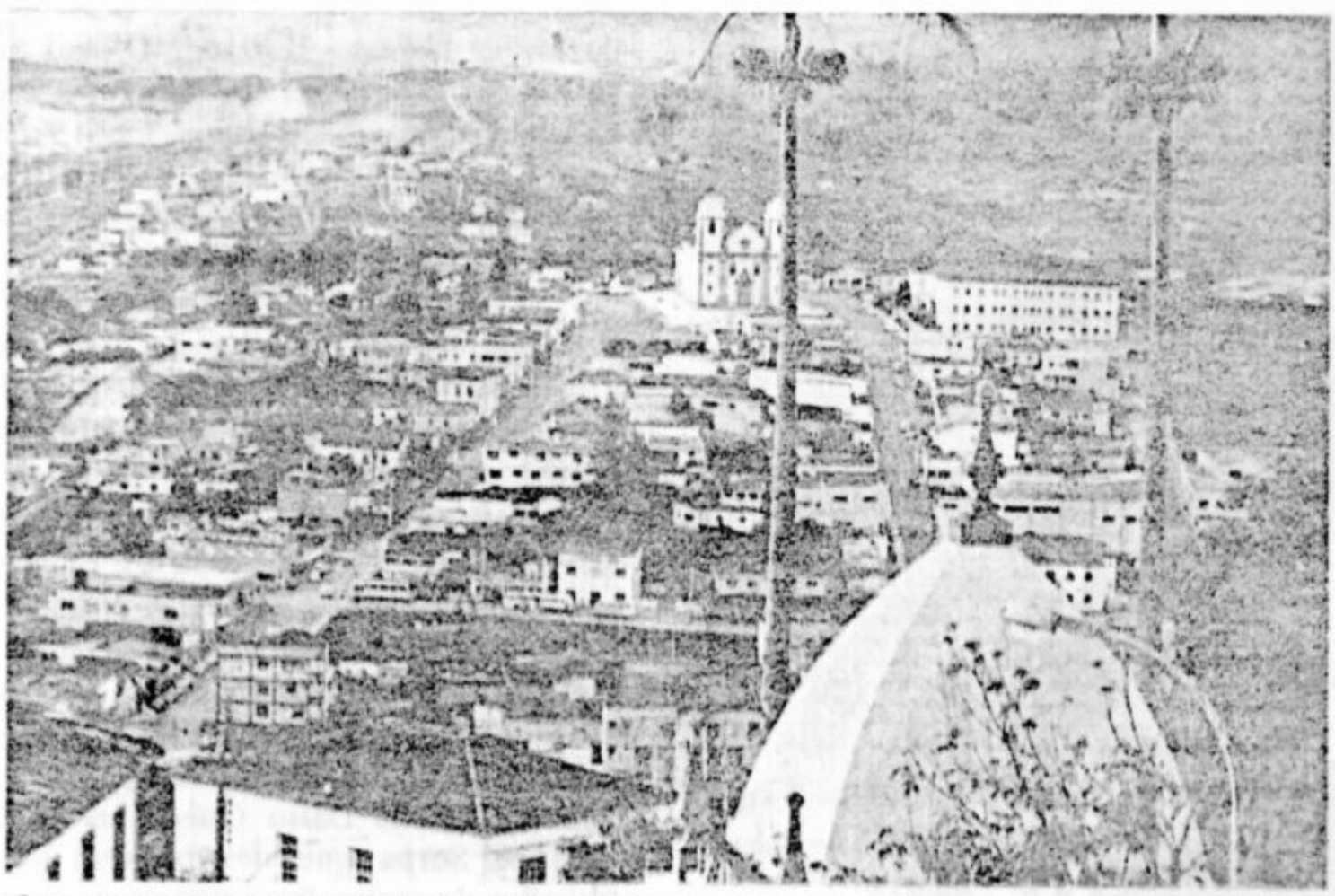
Essas indagações podem ser percebidas através dos contundentes depoimentos que foram alvo o Arquivo, a Biblioteca e o Museu Nacional. A CPI registrou esses pontos de estrangulamento do Sistema Cultural apontados pela Diretora do Arquivo Nacional, Celina Moreira Franco, pelo Historiador e Ex-Diretor do Arquivo, José Honório Rodrigues, e pela Diretora da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Astréa de Moraes e Castro.

A Professora Celina, através de de um relato objetivo da situação, revelou dados dos levantamentos preliminares efetuados pelo Arquivo Nacional. Ficou indicado que cerca de 90% dos documentos do período colonial até os anos sessenta são desconhecidos ou, ainda, não foram recolhidos. E em relação aos 10%, que se constituem em 2 bilhões de documentos no Arquivo, estão identificados apenas 50%, ou seja, apenas 5% da documentação oficial é conhecida, o que leva a Diretora a dizer: "desconhecemos nossa própria história". Como o prédio onde se encontra o Arquivo não oferece a mínima segurança contra o fogo e, dos seus 142 funcionários, cerca da metade está prestes a se aposentar, Celina Moreira Franco desabafa, "sem acervo, sem prédio, sem pessoal, não existe Arquivo Nacional. No momento ele é uma ficção". José Honório Rodrigues vem reforçar os depoimentos da Professora Celina e sugere a criação de uma política para o Arquivo, Biblioteca e Museu Nacional, onde esses órgãos fossem a cabeça do sistema, com competência para gerar métodos, normas gerais, fornecer dados e treinar pessoas especializadas para suas respectivas áreas.

A Professora Astréa foi incisiva ao depor sobre o estado dos arquivos brasileiros, mostrando a inadequação do processo de guarda, ou seja: do estado progressivo de deterioração ocasionado pela umidade, roedores, locais improvisados, como também, pela eliminação indiscriminada de papéis por administradores despreparados e inaptos para avaliar os subsídios do passado. Conclui Astréa de Moraes e Castro, dizendo que ignoramos a verdadeira história do Brasil porque as fontes limpas dos originais não estão sendo conservadas.

No relatório está citada uma en-

SPHAN 18
próMemória



Arquivo SPHAN

*O conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas está entre os monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

trevista do ex-Diretor da Biblioteca Nacional, Plínio Doyle, que vem adensar os depoimentos acima, ao chamar atenção para a ausência de condições de registro e de catalogação dos 450 mil volumes do acervo, em vista do pequeno número de funcionários de nível superior e médio para desempenhar essas tarefas. Menciona, ainda, a falta de segurança do prédio e a falta de instrumental para controlar a produção bibliográfica do país, uma vez que se apóia num Decreto de 1907, inteiramente defasado.

Os museus também têm suas dificuldades, explica a Diretora do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, Maria Helena Andrés: "As coleções de prataria, cristais, louças, arte sacra, iconografia em geral, numismática, documentos raros, inclusive livros, quando não bibliotecas inteiras, e até mesmo o mobiliário, foram paulatinamente desaparecendo do interior dos antigos sobradões de São Luís e Alcântara". Isto explica por que o Museu do Maranhão possue o pequeno acervo de 4.200 peças para um Estado de tão ricas tradições, comenta a Diretora. E, continua, o conjunto de bens imóveis, ou seja, de pedra e cal foi parcialmente preservado, mas os bens móveis estão sofrendo impiedoso processo de desaparecimento. Cabe, neste ponto, uma observação especial sobre uma das formas de desaparecimento dos bens móveis, ressalta a depoente, o problema do desvio e do furto, sobretudo de imagens sacras cuja guarda é normalmente precária. Sugere a Diretora do Museu do Maranhão que o comércio clandestino deveria merecer providências preventivas e repressivas em todo o país.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo ouvido os depoimentos, incorpora sugestões e recomendações de técnicos e especialistas no sentido da preservação do patrimônio histórico e artístico. Assim, baseando-se na sugestão de José Honório Rodrigues, a Comissão irá recomendar que os arquivos, as bibliotecas e os museus fiquem, por lei, articulados aos sistemas nacionais respectivos a cada tipo de instituição. E, os sistemas nacionais, por sua vez, teriam um órgão de consulta, com a criação de um conselho. Como o Museu Nacional está vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi sugerida a sua transferência para a Secretaria da Cultura do MEC a fim de facilitar sua sistematização.



Arquivo SPHAN

*Nas janelas de rótulas, uma das riquezas das residências do período colonial.*




Arquivo SPHAN

*Os sobrados de São Luís do Maranhão integram um dos mais preciosos acervos arquitetônicos do Brasil, pelo seu tamanho, maior que o Pelourinho.*

O Arquivo Nacional, por exemplo, ao cuidar dos documentos públicos e privados se articularia, também, com os arquivos dos poderes legislativo, judiciário, executivo e, ainda, a nível federal, estadual e municipal, o que evitaria as repartições públicas terem seus arquivos desvinculados do todo, comenta a Professora Astréa.

Muitas sugestões foram dadas em torno da formação de pessoal para suprir uma demanda muito reclamada: despertar os estudantes, através de livros didáticos sobre a necessidade da preservação dos bens culturais; regulamentar as profissões de arquivista, técnico de arquivo, juntamente com a inclusão dessas carreiras no Plano Geral de Classificação de Cargos do Serviço Público; e criar o curso de arquivo no ensino profissionalizante e nas universidades.

De imediato foi sugerida a transferência do Arquivo Nacional para a Casa da Moeda no Rio de Janeiro (o que já está sendo providenciado) e recomendada à Mesa da Câmara dos Deputados a transferência de seu arquivo, instalado no 19º andar par uma dependência ao rés do chão.

Como os arquivos estão vivendo um difícil período, foi recomendada a criação de uma CPI especialmente para examinar sua situação no Brasil.

## PRESERVAÇÃO E PROGRESSO

A presença de diversos Prefeitos das cidades históricas possibilita ao Congresso Nacional uma visão deste outro plano que compõe a memória nacional no seu dilema de preservar sem tolher o progresso.

Em Minas, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG tem atuado em programas de obras nas cidades históricas de Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara, Cocais, São Bartolomeu, Diamantina, Minas Nova, Serro e Conceição do Mato Dentro.

O Diretor do IEPHA/MG, Galileu Reis, ressalta a falta de verbas e a inexistência de uma infra-estrutura hoteleira para facilitar o conhecimento das cidades históricas. A partir de 1979 foi iniciado um trabalho de preservação de 180 monumentos mineiros, informa Galileu Reis.

Quanto ao problema dos acidentes geológicos em Ouro Preto, foram ouvidos dois componentes da Coordenação do Projeto Ouro Preto, os Professores Dimas Dario Guedes e Luiz Fellippe Serpa que desenvolvem um trabalho da maior importância na preservação da cidade e estão conjugando esforços nos níveis municipal, estadual e federal. A nível federal, os coordenadores citam, como exemplo, a participação do Ministério dos Transportes/GEIPOT na discussão de soluções e no trabalho de recuperação da Rodovia do Contorno. Para evitar problemas futuros, os professores Dimas e Luiz Fellippe sugerem o disciplinamento do uso do solo, como medida básica de proteção da Cidade Histórica de Ouro Preto.

O Prefeito, Alberto Caram, embargou obras que viriam descaracterizar a cidade, como a construção de um hotel de 5 andares, a construção de três fábricas no Vale do Tripuí. Aliás, disse o Prefeito perante a CPI, a cidade sofre a ameaça dos símbolos do progresso econômico, como o asfalto e a luz de mercúrio.

Lembra o Prefeito, o que a riqueza construíra no século XVIII foi conservado pela pobreza dos séculos XIX e XX, até que, na segunda metade deste, começou o processo de industrialização e, com ele, a alteração das estruturas social, econômica e política, possibilitando um fluxo migratório descontrolado que acarretou a deterioração da cidade, "ao lado de um monumento nacional, que é a própria cidade, exitem alguns monumentos multinacionais".

O Prefeito de Congonhas, Altari de Souza Ferreira Júnior, também chamou atenção para a dificuldade de se evitar as agressões ao patrimônio cultural: poluição, trânsito pesado, falta

de sensibilidade das populações flutuantes e ladrões de peças, protegidos quase sempre por antiquários. Inclusive, comenta, muitas dessas peças podem até já ter saído do país.

A escassez crônica de recursos, para o Prefeito de Olinda, Germano Coelho, resulta na falta de consciência dos administradores para a importância da proteção da memória nacional.

Para o Prefeito de Olinda, as cidades históricas brasileiras não têm condições de arcar sozinhas com a preservação do patrimônio que, além de abandonado, sofre as constantes ameaças e descaracterização do progresso: incêndios, desabamentos, desuso e turismo predatório. Os órgãos do Estado são os primeiros a mutilar os monumentos da terra, comenta Germano Coelho, por ignorância, por imediatismo ou por falta mesmo de dimensão cultural. Cita Olinda como a cidade que sofre a maior ameaça. E, explica o Prefeito, ao ter perdido áreas que foram incorporadas a outros municípios, Olinda passou a ser a segunda densidade populacional do país com 9 mil hab/km$^2$, ficando exposta a mutilações em função da precariedade de espaço. Como Olinda não tem indústria ou comércio, a cidade terá que viver de turismo não predatório. Para implantar uma estrutura de proteção, precisaria arrecadar mais e, para isso, o Prefeito de Olinda sugere a reintegração de seus territórios.

Outro aspecto levantado é a tendência de valorização do período colonial no Brasil, em especial, do período barroco, esclarece Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho, Coordenadora do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais da UFMG. E assinala a importância de se alterar essa tendência, valorizando monumentos e prédios do início de cidades como Brasília e Belo Horizonte.

Esses depoimentos, além de oferecerem uma visão crítica da situação, vieram trazer muitos subsídios e sugestões para um trabalho futuro, comenta o Relator. Diante do esvaziamento financeiro dos municípios sugere que o Executivo encaminhe ao Congresso Nacional uma mensagem, criando um fundo especial de apoio financeiro às cidades históricas, principalmente aquelas consideradas monumentos nacionais.

Esclarece o Relator que é aconselhável, no entanto, a descentralização na execução dos serviços; a criação de fontes próprias de receita, como as geradas pelo turismo. Mas, essa postura, não significa exclusão da colaboração e assistência de órgãos federais e estaduais, esclarece o Deputado Fernando Coelho.

## PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

A fase atual é a terceira etapa do processo de evolução do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o arquiteto e empresário Fernando Machado Leal. Constituiu-se, a primeira, numa etapa fértil de formação de um corpo de doutrinas. O mesmo não ocorrendo na fase seguinte. O ritmo de crescimento que o trabalho proposto exigia não foi alcançado, chegando a uma situação calamitosa por volta de 1973, comenta o arquiteto.

A necessidade da implantação de um Programa para as Cidades Históricas do Nordeste fermentou outras idéias. A criação da próMemória veio como uma proposta madura inaugurar a terceira etapa, segundo Fernando Leal.

Embora admitindo resultados lentos, Fernando Machado Leal faz menção a várias instituições brasileiras que realizam ensaios de laboratório no campo da preservação e restauração de monumentos históricos, como a Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e o Laboratório de Fotogrametria de Curitiba.

Na área de conservação e restauração prestou informações, também, a Professora Beatriz Ramos de Vasconcelos Coelho. Falou, na CPI, de sua experiência frente ao Curso de Restauração de Bens Móveis, que funciona pelo quarto ano consecutivo. Conseguiu apoio e a participação da UNESCO e, assim, pôde ampliar o Curso para o nível de pós-graduação. O Curso já recebeu alunos de 17 Estados brasileiros e tem realizado trabalhos de restauração: pinturas de cavalete, esculturas policromadas, documentos arquivísticos, obras de arte sobre papel. Estes trabalhos, comenta a Professora, foram feitos para museus, prefeituras, ordens religiosas e alguns setores do Governo mineiro.

O relatório contém inúmeras sugestões para que cursos como da Professora Beatriz sejam implantados em pontos estratégicos do Território Nacional; e que a regulamentação das carreiras de historiador e restaurador de bens culturais seja de fato uma realidade.

O Relator faz ver a importância de se sensibilizar as universidades para participarem do esforço conjunto de formação de pessoal especializado e do desenvolvimento de atividades ligadas à preservação.

Entre as sugestões apresentadas está, também, a consolidação dos centros de conservação e restauração de bens móveis. E, ainda, dentro do espírito de se consolidar a política de preservação da memória nacional, foi aceita pela CPI a proposta do Professor José Honório Rodrigues da criação de um Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Históricas. E, mais, visando angariar maior atenção e recursos, o Relator levanta a hipótese da criação de um Ministério para a cultura.

No plano federal, o Deputado Fernando Coelho nota sinais alentadores de mudança. Mas, diante do vulto da tarefa a executar, ainda não percebe sinais seguros de continuidade. Para o Relator o próprio orçamento do MEC reflete um reduzido espaço para uma atuação eficaz. Daí ver, nos êxitos isolados, frutos de tenacidade e esforço.

É indispensável articular a ação do Governo em todos os níveis, pondera o Deputado, mobilizando-se recursos da União, Estados e Municípios, como também procurando-se obter a colaboração do setor privado cujo apoio poderá ser estimulado, inclusive, através de incentivos fiscais. Mas esses esforços só terão efeitos duradouros quando a própria comunidade conscientizada assumir o seu papel na proteção e revitalização do seu patrimônio cultural, comenta o Relator.

Fernando Coelho, oportunamente, submeterá à Câmara dos Deputados um projeto de lei que atualize a legislação, que discipline a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional que, devido à sua complexidade, não pode ser concluído a tempo.

# No Museu Mineiro, a preservação de importante acervo cultural do Brasil



Arquivo IEPHA

*"A má notícia"- Belmiro de Almeida - óleo sobre tela, 1897.*



Arquivo IEPHA

*Crucifixo. Madeira - prata, entalhe, carnação, moldado, recortado, burilado - séc. XVIII.*

Em solenidade presidida pelo Governador Francelino Pereira, na qual se fizeram presentes autoridades, políticos e pessoas ligadas à área cultural do Estado, foi inaugurado no dia 10 de maio passado, em Belo Horizonte, o Museu Mineiro, que pretende transformar-se em um centro de estudos e pesquisas da cultura de Minas Gerais. A instalação do Museu constitui-se em importante marco para a história mineira, uma vez que representa a concretização de uma antiga aspiração – a de preservar um dos acervos culturais mais importantes do país.

O Museu está instalado nas dependências do antigo Senado de Minas, prédio restaurado e adaptado nos anos 1978/1979 sob a responsabilidade do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, através de convênio estabelecido entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual SPHAN) e o próprio IEPHA/MG.

A restauração do prédio, exemplar significativo da evolução arquitetônica de Belo Horizonte, foi ampla, atingindo praticamente todos os elementos da edificação, inclusive os artísticos. Os forros dos salões e vestíbulo, com belos motivos decorativos, ocultos por um falso forro em placas de gesso, foram totalmente restaurados, voltando à sua confecção primitiva. A preservação do imóvel foi assegurada através do tombamento efetuado pelo IEPHA/MG, através do Decreto nº 16.595, de 5 de dezembro de 1978.

Já previsto na Lei nº 126, de 11 de julho de 1895, o Museu Mineiro teve sua criação determinada pela Lei nº 528, de 20 de setembro de 1910, com sede em Belo Horizonte e abrangendo seções de "história natural, etnografia e antigüidades de Minas Gerais". Especificava ainda a referida lei que "as coleções de objetos de arte, cerâmica, estatuária, mobiliário antigo, jóias, quadros, gravuras e estampas, numismática, arqueologia, etnografia e outras existentes no Arquivo Público Mineiro", comporiam o acervo inicial do Museu, a ser instalado "quando as circunstâncias financeiras do Estado o permitissem". Este antigo projeto foi retomado em 1977, quando o Governo do Estado autorizou a implantação do Museu e indicou o IEPHA/MG como órgão executor.

## ACERVO

O acervo do Museu Mineiro é constituído de três coleções de origem e caráter diversos, mas de natureza complementar, reunindo significativo conjunto de peças que documentam os principais períodos evolutivos da cultura e arte mineiras: a coleção "Arquivo Público Mineiro", a coleção "Geraldo Parreiras" e a coleção "Pinacoteca do Estado de Minas Gerais".

A coleção "Arquivo Público Mineiro", que constitui tradicionalmente o núcleo inicial do acervo do Museu, compõe-se de um conjunto bastante heterogêneo, incluindo diversas categorias de objetos, de interesse variado. Totaliza 244 peças, excluindo-se desse total a parte de numismática. Entre as categorias mais representativas situam-se as de pintura (49 peças), armaria (57 peças), instrumentos de suplício de escravos (47 peças) e objetos líticos (23 peças).

A coleção "Geraldo Parreiras", comprada pelo Estado em 1978 das mãos dos herdeiros do engenheiro Geraldo Parreiras, totaliza 187 peças

de imaginária (117 peças), prataria (32 peças), mobiliário e acessórios de mobiliário (25 peças), colunas torsas (7 peças) e oratórios mineiros (6 peças), sendo a maioria de origem mineira e datando dos séculos XVIII e princípios do XIX.

A coleção "Pinacoteca do Estado de Minas Gerais" é constituída por um expressivo conjunto de peças doadas por artistas modernos e contemporâneos, incluindo desenhos, pinturas, gravuras e esculturas. A coleção é constituída de cerca de 20 peças.

## OBJETIVOS

Considerando-se o caráter de museu didático e sua vocação de centro de estudos e pesquisas da cultura de Minas, o Museu Mineiro tem os seguintes objetivos específicos: adquirir, preservar, conservar e expor objetos da cultura mineira, principalmente através das referências de sua história e sua arte, para informação e lazer do público em geral; estudar e pesquisar sistematicamente os diferentes períodos e setores da cultura e arte mineiras, enfatizando em primeiro lugar os aspectos representados por objetos constantes do acervo do Museu; divulgar periodicamente o resultado dessas pesquisas através de exposições temporárias, publicações de caráter científico ou informativo e promoções diversas; formar e manter sistematicamente arquivo ou informativo e promoções diversas; formar e manter sistematicamente arquivo de pesquisas, coletando dados sobre testemunhos históricos e culturais de Minas Gerais, sejam de poder público ou privado, com vistas à formação do banco de dados remissivo sobre a história e a produção cultural mineiras; pesquisar, experimentar e formalizar métodos museológicos e técnicas museográficas visando ao aperfeiçoamento museológico da instituição destinada a servir de modelo aos demais museus afetos à supervisão do IEPHA/MG.

Dessa forma, o Museu Mineiro busca adaptar-se à filosofia dos museus atuais que, como instituições públicas permanentes, conservam e divulgam o patrimônio cultural de uma Nação, constituindo-se em meio de comunicação de idéias e conceitos que representam.



*Sant'Ana Mestre*
*Madeira - entalhe, estofamento, carnação, douração*
*Séc. XVIII.*

Arquivo IEPHA



*São José.*
*Madeira - entalhe, estofamento, carnação, douração*
*Séc. XVII.*

Arquivo IEPHA

# Cultura/Educação: SEC aprova os primeiros projetos

O projeto "Interação Entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País" está sendo implantado pela Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura – SEC/MEC, em diversas regiões do país, desde o início de 1982. Esse projeto se insere em uma das Linhas Programáticas aprovadas no Documento "Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC", resultante do encontro entre as diferentes áreas de competência da SEC para a integração de suas respectivas experiências, com o objetivo de elaborar uma reflexão e uma proposta de trabalho sobre o processo cultural brasileiro (SPHAN nº 14, pág. 7).

O objetivo principal do projeto é proporcionar meios para a comunidade participar em todos os níveis do processo educacional, garantindo que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. Essa participação se efetivará através da integração do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório cultural, regional e local.

A idéia de se implantar tal projeto surgiu a partir da experiência do projeto Cultura e Educação, idealizado por pesquisadores da SPHAN/pró-Memória, e há mais de um ano em execução em uma escola do distrito-sede do Município de Tracunhaém, na Zona da Mata pernambucana (SPHAN nº 12, pág. 16). Os dois projetos têm o mesmo objetivo. O programa da SEC/MEC, que está sendo implantado agora, terá sua execução acompanhada a nível local e prevê uma ampla troca de experiências entre as equipes de técnicos do Sistema SEC/MEC, as comunidades, as escolas e as equipes proponentes dos projetos.

Um Grupo de Trabalho integrado por técnicos da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), do Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), do Instituto Nacional do Livro (INL), da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME) e da Fundação Nacional próMemória, foi instituído pela Secretaria da Cultura para analisar as propostas de projetos encaminhadas à SEC/MEC pelas diversas unidades da Federação. Cerca de 65 projetos já foram aprovados pelo Grupo de Trabalho, e serão financiados com recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Dentre eles encontram-se o Projeto para Fortalecimento e Difusão da Cultura Amapaense, proposto pela Secretaria de Educação e Cultura do Território Federal do Amapá; Integração Escola-Comunidade de Olhos D'Água, da Associação de Pais, Mestres e Amigos de Olhos D'Água (GO); Oficina do Saber Fazer, apresentado pela Prefeitura Municipal de Olinda (PE); e Atividade Confecção de Material Didático do Método de Alfabetização de Adultos, da Universidade Federal de Santa Catarina.

## APROVAÇÃO DOS PROJETOS

Antes de aprovados definitivamente, os projetos encaminhados à SEC/MEC são analisados pelo Grupo de Trabalho e, se forem considerados com potencial para serem desenvolvidos, passarão por uma outra etapa de análise: o repique. O repique se constitue na primeira visita do técnico do Sistema SEC/MEC, para comprovar, "in loco", a viabilidade de execução do projeto. Durante o repique, o técnico discutirá o conteúdo do projeto com a equipe proponente; esta, por sua vez, esclarecerá dúvidas de forma a explicitar mais claramente a sua proposta, que deverá estar de acordo com a Linha Programática. O técnico deverá, também, verificar as condições de operacionalização da proposta, seu caráter interdisciplinar, seu potencial de continuidade, o peso do contexto local, a possibilidade de envolvimento entre escola e comunidade, para que possa avaliar, o mais objetivamente possível, suas reais condições de realização. É no repique, portanto, que a potencialidade do projeto será comprovada, sendo essa a instância definitiva, e última, para a sua aprovação.

Um dos principais aspectos que deverão ser considerados durante o repique refere-se à participação da comunidade. O técnico deverá observar se existem condições para que a comunidade participe como protagonista durante todo o processo, e não somente como objeto da ação. Essa participação inclui o planejamento, a execução e avaliação das ações. A escola (alunos e professores), integrada com a comunidade, também deverá participar efetivamente das ações propostas, procurando incorporar ao currículo o contexto cultural específico onde se insere. O currículo deve estar em permanente transformação e sempre inacabado, se fazendo em cada realidade. Como contexto cultural da comunidade entende-se o seu cotidiano, expresso nas diversas formas de manifestações culturais, e não apenas em aspectos isolados dessa cultura. Cada projeto deverá ser registrado (memória), bem como avaliado, respeitando-se a maneira própria da comunidade conduzir o processo. Por fim, a proposta deverá ser elaborada de maneira a não levar a uma divisão no tempo, entre as etapas de levantamento de dados, sua elaboração e posterior devolução. Essas etapas devem ser simultâneas e devem se auto-alimentar em processo dinâmico e permanente. Desse modo, a pesquisa deve ser entendida como parte integrante da ação, onde comunidade e escola atuam como sujeito.

As discussões para a geração de novas propostas (ou reserva), também deverão acontecer durante o repique e serão feitas com as Secretarias de Estado de Educação e Cultura, que devem decidir sobre a participação de outras instituições. Essas discussões deverão fundamentar-se nos documentos: Diretrizes da SEC e Linha Programática. A elaboração de novas propostas não deverá partir dos técnicos da SEC/MEC; seu papel será o de discutir com as equipes locais as propostas apresentadas.

## ACOMPANHAMENTO

Após o repique a próxima etapa é a de acompanhamento dos projetos aprovados. Para definir a sistemática de acompanhamento a ser adotada nessa fase, técnicos do Sistema SEC/MEC

reuniram-se nos dias 28, 29 e 30 de abril passado, em Brasília, e elaboraram um documento.

O documento explicita a postura a ser adotada durante o acompanhamento, cuja premissa básica a ser observada deve ser a flexibilidade – o quê acompanhar e como acompanhar. Essa é, segundo o documento, "a tônica para respeitar as diferenças culturais que o próprio projeto toma como base". Continuando, afirma que "acompanhar tem, acima de tudo, o significado de criar condições para que o processo seja melhor viabilizado, e não o de controlar". Acrescenta, ainda, que "o acompanhamento deverá pautar-se sobretudo pelo princípio de participação/interação, buscando observar os projetos em toda a sua abrangência, através de contactos em escolas, comunidades e outros agentes neles envolvidos".

Segundo o documento, os mecanismos de acompanhamento se baseiam em três pontos: nas visitas técnicas, na articulação e no registro e avaliação dos projetos. "A Visita Técnica atualiza o acompanhamento, pela presença de técnico acompanhador no local onde se executa o projeto. Os técnicos da equipe de acompanhamento deverão ser, preferencialmente, os mesmos que fizeram o repique, não só em termos de órgão, mas de pessoas".

"Diante de situações concretas são necessárias articulações em vários níveis", segundo o documento. Com relação aos projetos, "a SEC/MEC deve estimular, sempre que possível, a articulação: entre equipes de cada projeto; entre equipes de cada projeto e pessoas ou instituições que trabalhem na mesma área dentro da comunidade e que não foram envolvidas na propostas; entre projetos afins quanto à temática ou à proximidade geográfica". O documento recomenda, ainda, "a realização de encontros por área geográfica, inserindo ainda, nesta oportunidade, grupos de estudos por temas específicos, convidando grupos afins de outras regiões."

Com relação à equipe SEC/MEC, o documento prevê "a participação de pelo menos duas instituições em cada projeto; a circulação de informações prévias e completas aos técnicos sobre os projetos que vão acompanhar; o contacto prévio entre os técnicos responsáveis por área ou projetos, antes de cada visita; a circulação da documentação relativa aos projetos (pareceres, relatórios e outros materiais) bem como a continuidade dos contactos formais e informais entre os técnicos das instituições SEC/MEC; o contato prévio com proponentes sobre o cronograma das visitas, bem como do tipo de suporte que os membros da equipe técnica podem fornecer aos projetos; a realização de encontros entre as equipes SEC/MEC quando estes traduzirem necessidades prioritárias para o desenvolvimento dos projetos; e a participação do técnico que fez o acompanhamento local do projeto, nas decisões relativas a questões conflitantes.

O registro dos projetos é considerado, de acordo com o documento, "uma necessidade fundamental para a sistematização, pela SEC/MEC, das informações sobre os projetos, fornecendo subsídios para a avaliação das características e rumos assumidos em seu conjunto. Esta avaliação deve considerar pontos teórico-práticos, tais como: participação comunitária; interação escola-comunidade; modo de execução e administração financeira; organização das equipes locais; e o contato da SEC/MEC com os proponentes".

O registro (memória) e a avaliação dos projetos devem respeitar a maneira própria da comunidade conduzir o processo. Em relação a esse ponto, o documento diz: "em suas diferentes formas, o registro é importante enquanto realimentador do dia-a-dia dos projetos e, enquanto memória do processo, como forma de assegurar a continuidade do trabalho de interação entre educação e cultura ao nível local. Neste sentido, a SEC/MEC, através de suas diferentes áreas de competência, deve colaborar, quando solicitada, nas diversas formas de registro (produção e edição de material etno-histórico-pedagógico) criadas pelos participantes, desde que referenciadas na Linha Programática".

Ainda em relação ao registro dos projetos, o documento recomenda "o incentivo à documentação local, criando-se condições para que os proponentes se organizem no sentido de se auto-avaliarem continuamente".

Após cada visita, o técnico do Sistema SEC/MEC deverá elaborar um relatório referente a cada projeto visitado, contendo além dos dados de identificação do projeto, o relato das discussões, dificuldades, conclusões e outras questões. Os relatórios de viagem serão encaminhados à Coordenação do Grupo de Trabalho que, por sua vez, remeterá cópia aos demais órgãos da SEC/MEC e às equipes proponentes. Os relatórios dos técnicos e dos proponentes são outros instrumentos, segundo o documento, "do registro da trajetória dos projetos e da avaliação dos mesmos". Através do registro "deverá ser avaliada a participação da SEC/MEC na política educacional, levando-se em conta que, historicamente, as áreas da educação e da cultura estiveram sempre desvinculadas".

Por fim, o documento recomenda a confecção de um boletim/jornal, que facilite a circulação de informações sobre os projetos, e propõe que toda assessoria a ser prestada aos técnicos da SEC/MEC, no projeto "Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País", seja precedida de discussões entre os diversos órgãos, para definição da sistemática a ser estabelecida.

## SÃO CRISTÓVÃO QUER MAIS RECURSOS PARA PRESERVAR PATRIMÔNIO

A recuperação/valorização do patrimônio cultural de São Cristóvão só será possível por meio da conjugação de recursos públicos e privados. Esta é uma das principais conclusões a que chegaram os participantes – em sua maioria representantes da comunidade daquela cidade sergipana - do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de São Cristóvão, realizado de 4 a 7 de maio passado, no auditório do Museu de Arte Sacra, instalado nas dependências do Convento de São Francisco (SPHAN nº 17, pág. 22).

No entender dos participantes do encontro, o maior problema enfrentado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional está na escassez de recursos financeiros, e, para a solução deste problema, propõem a criação de um Banco Nacional de Desenvolvimento Cultural, ligado ao Ministério da Educação e Cultura, a exemplo do Banco Nacional da Habitação, vinculado ao Ministério do Interior. Esta e outras recomendações estão contidas no documento final do Seminário, que reúne as propostas resultantes dos quatro dias de discussões mantidas entre técnicos e a comunidade de São Cristóvão presente aos trabalhos.

O Seminário teve por objetivo analisar com a comunidade as propostas do Plano Urbanístico de São Cristóvão de modo a possibilitar a sua execução. O Plano foi debatido em plenário e nos grupos de trabalho que alinharam uma série de considerações e propostas. Entre as recomendações aprovadas está a uniformização do conjunto arquitetônico do núcleo histórico da cidade, hoje descaracterizado; isto seria alcançado, de acordo com a proposta, através da recomposição da aparência anterior das casas da zona central, que sofreram alterações em suas fachadas. "Para tanto, deverão ser sensibilizados os organismos competentes para o financiamento dessas obras, sem ônus para o proprietário".

A implantação em São Cristóvão de um grupo de assessoria técnica especialmente no que se refere aos padrões de construção e preservação de habitações de caráter histórico, também consta da lista de reivindicações contidas no documento final do encontro. Essa assessoria seria prestada gratuitamente à população da cidade. Esta reivindicação está diretamente vinculada ao pedido feito no sentido de a SPHAN/próMemória montar um escritório próprio em São Cristóvão, e à proposta de criação de um outro escritório capaz de, através de soma de esforços e recursos, possibilitar ações voltadas para a elaboração de projeto de reformas de residências e de assessoramento técnico à Prefeitura Municipal.

### MONUMENTOS

Os participantes do Seminário encaminharam reivindicações no sentido de uma reestruturação do anel do centro histórico, com iluminação adequada e recuperação dos monumentos históricos, "que se encontram em total abandono".

"Existem monumentos que carecem de restauração e devem ser utilizados pela própria população para fins culturais, turísticos, residenciais ou comerciais", afirmam no documento final. Pedem, ainda, um maior controle da Prefeitura Municipal no tocante à aprovação e ao acompanhamento de novos loteamentos, obedecendo a limites mínimos de áreas adequadas às atividades públicas e comunitárias, a fim de assegurar a qualidade de vida da população.

### FESTIVAL

O Festival de Arte de São Cristóvão, realizado anualmente na cidade, com o objetivo de a promover cultural e turisticamente, deve ser reestruturado, no entender dos participantes do Seminário, para possibilitar a participação efetiva da comunidade, pois até o momento, afirmam, o evento nada tem a ver com a população local. "Para tanto, propomos a valorização do FASC como verdadeiro evento da comunidade, que se dará no momento em que o povo de São Cristóvão tenha participação efetiva na própria coordenação do Festival. Entendemos que a Universidade (Universidade Federal de Sergipe, promotora do FASC) deve se integrar à comunidade e não a comunidade ser integrada aos valores culturais da Universidade".



Arquivo EMSETUR

*Santa Casa de Misericórdia, na cidade sergipana de São Cristóvão.*

Maio/Junho 1982

SPHAN 18

*pró*Memória

## OLINDA: COMITÊ DA UNESCO JULGA DOSSIÊ NO FINAL DO ANO



*O Mosteiro e Igreja de São Bento, marco representativo das ordens conventuais instaladas no Brasil, é um dos mais belos monumentos situados no Centro Histórico de Olinda (PE).*

O Centro Histórico de Olinda, a exemplo do ocorrido com Ouro Preto, deverá ser elevado à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, que vai julgar a proposta brasileira durante reunião a se realizar no fim do ano, no Paquistão. O Bureau do Comitê, órgão técnico constituído por um Secretariado e uma Mesa Diretora, da qual o Brasil é um dos vice-presidentes, analisou o dossiê sobre a cidade pernambucana enviado pela Secretaria da Cultura do MEC (SPHAN nº 16, pág. 12) e recomendou aos 21 países-membros do Comitê a inclusão de Olinda na lista dos monumentos considerados patrimônios culturais da Humanidade.

O parecer favorável foi dado dia 21 de junho passado, durante encontro de trabalho do Bureau realizado em Paris. O Brasil esteve representado pelo Diretor de Conservação e Tombamento da SPHAN/prόMemória, Augusto Carlos da Silva Telles, nomeado pelo Ministro Rubem Ludwig para substituir o ex-Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães, falecido dia 13 de junho na cidade italiana de Pádua. A reunião serviu ainda para uma sessão de homenagens à memória do ex-Secretário, marcada por várias manifestações de apoio ao trabalho que vinha desenvolvendo frente à SEC/MEC.

Para decidir-se favoravelmente sobre Olinda, o Bureau levou em conta o trabalho realizado por Aloísio Magalhães na SEC/MEC. Em janeiro, Magalhães remeteu ao Comitê as informações mais detalhadas possíveis sobre o Centro Histórico daquela cidade pernambucana. Do dossiê técnico constam dados, fotos, mapas daquela que é uma das mais antigas cidades do país. Ali se pode avaliar a importância de monumentos como o Convento de Nossa Senhora do Carmo, o Seminário dos Jesuítas, o Mosteiro de São Bento e diversos prédios residenciais do século XVI.

Fotos: Fernando Bizerra



*Sé de Olinda.*



*Igreja de Nossa Senhora da Graça.*

## SANTUÁRIO DO CARAÇA, EM MINAS, É TRANSFORMADO EM PARQUE NATURAL

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal–IBDF transformou, em maio passado, o Santuário do Caraça, em Minas Gerais, no primeiro parque natural do país. O Santuário, localizado no Município de Santa Bárbara, a 120 quilômetros de Belo Horizonte, tem o seu acervo arquitetônico e paisagístico, juntamente com o do Colégio, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em seu conjunto de edificações, inclui-se a primeira igreja gótica do Brasil e um casarão colonial.

Arquivo IEPHA



*Santuário do Caraça, em Minas Gerais, transformado pelo IBDF no primeiro parque natural do país.*

Com a criação do parque, o Caraça continuará como propriedade dos padres lazaristas, fundadores do Colégio, mas passará a contar com o apoio do IBDF na assistência técnica, controle, fiscalização e preservação da fauna e da flora da região.

A transformação dos 11200 hectares do Santuário em parque natural evitará, segundo o IBDF, "a contínua depredação que vinha sendo praticada por turistas e agricultores vizinhos". Encravado no Vale do Aço, o Caraça é, nele, a única região de vegetação densa preservada (daí a denominação de "santuário") e, por isso, atrai o interesse dos vizinhos que cortam suas árvores para transformá-las em carvão e vendê-lo às siderúrgicas das cidades do Vale. Também já foram registradas caçadas clandestinas aos animais que povoam as matas do Caraça, e o próprio IBDF já encontrou lobos "guará", espécie em extinção que ainda vive na região, mortos a tiros.

Outra preocupação de entidades conservacionistas e de biólogos diz respeito à manutenção do equilíbrio ecológico da região que abriga uma enorme variedade de insetos, sobretudo besouros, que formam o mais importante acervo da entomofauna brasileira. Esses insetos são responsáveis, inclusive, pela divulgação do Caraça na Europa desde o século passado, quando cientistas franceses recolhiam espécies que ainda hoje estão em museus de Paris e Londres.

Atualmente, os estudos sobre as espécies animais e vegetais existentes na região ainda são muito iniciais e freqüentemente os pesquisadores têm que lançar mão de informações oriundas do estrangeiro para seus estudos. Os lazaristas e o IBDF assinaram convênio visando à criação de um plano de manejo do parque e o deslocamento de técnicos e cientistas para o desenvolvimento de atividades relativas à flora e à fauna, o que melhorará as condições de pesquisa. Deverá ser construída, também, uma estação biológica no parque, que abrigará pesquisadores da Universidade de São Paulo.

A transformação do Caraça em parque natural não trará benefícios apenas à preservação ecológica, como também disciplinará o turismo, evitando, assim, os abusos dos visitantes. Por estar relativamente próximo a Belo Horizonte e servido por uma estrada asfaltada, o Santuário recebe milhares de visitantes nos finais de semana, que procuram a região para caminhadas, banhos de cachoeira e pescarias.

## EM WASHINGTON, A ARTE PLUMÁRIA DE ÍNDIOS BRASILEIROS

Um dos eventos artísticos mais importantes ocorridos no país em 1980, a exposição "Arte Plumária do Brasil" foi apresentada em Washington, por ocasião da visita presidencial, em maio passado, ficando exposta nas instalações do National Museum of Natural History, antigo e conceituado centro de pesquisa etnológicas da Smithsoniam Institution. A mostra foi escolhida pelo Ministério das Relações Exteriores, em março último, para ser o principal evento cultural organizado quando da visita do Presidente João Figueiredo, tendo sido inaugurada na presença do Embaixador do Brasil nos EUA, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, dos dirigentes do National Museum e da Smithsonian Institution.

A mostra, que reúne significativos exemplares de uma das mais criativas manifestações de nossos índios, é a mesma que foi apresentada em Brasília, no Palácio do Itamaraty, em dezembro de 1980/janeiro de 1981, e nos salões da Rocinha do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, em outubro de 1980 (SPHAN no 8, pág. 21).

A exposição recebeu elogios por parte dos dirigentes do Museu norte-americano quanto ao padrão de qualidade das peças, e atraiu a atenção de especialistas, público em geral e da imprensa local. O *Washington Post* dedicou, com destaque e ilustração, dois artigos à exposição - um assinado pelo crítico Paul Richard, que em sua análise destacou "a beleza das cores e formas apresentadas"; o segundo, de Joanne Ostrow, considerou "fabulosas" as penas oriundas do Brasil. A coordenação geral da montagem da exposição ficou a cargo da Fundação Nacional próMemória, com o apoio do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Maio/Junho 1982

SPHAN 18

*pró*Memória

## MARANHÃO TEM CENTRO PARA A PRESERVAÇÃO DA CULTURA POPULAR

Com o objetivo de pesquisar, documentar, difundir e desenvolver a cultura popular maranhense, foi inaugurado no dia 13 de maio passado, em São Luís, o "Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho", sediado no sobrado nº 221 da Rua 28 de julho (antiga Rua do Giz), localizado na área da Praia Grande, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Centro é constituído de uma unidade de pesquisa e documentação, uma biblioteca especializada, uma área de exposições e uma unidade de difusão cultural, além de um auditório com capacidade para 100 pessoas.

O sobrado, um prédio de elevado valor arquitetônico do século XIX, foi restaurado por convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e o Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria da Cultura do Estado, por administração direta da SEC/MA. O montante do convênio foi de Cr$ 9.040.000,00, ficando o Estado com Cr$ 1.808.000,00 de participação, e a Fundação Nacional próMemória com Cr$ 7.232.000,00.

A restauração obedeceu a um critério tradicionalista, buscando reconstituir, com a maior originalidade possível, os espaços e formas originais do monumento. Na época em que o convênio foi assinado, o imóvel encontrava-se desocupado, em estado de arruinamento. O sobrado foi morada senhorial, de famílias das mais representativas de São Luís. No fim do século passado e começo deste, passou a ser utilizado pelo Instituto São José, educandário fundado pelo professor Domingos Afonso Machado, nele funcionando o curso secundário e o preparatório para o curso superior.

Com a instalação do Centro de Cultura Popular, a cultura popular do Maranhão – um dos Estados em que a miscigenação das raças branca e negra mais se acentuou – poderá ser melhor preservada e identificada, reduzindo o perigo de seu desaparecimento ao longo do tempo.



Arquivo SPHAN

*O "Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho", inaugurado em maio, na cidade de São Luís do Maranhão, está localizado em um sobrado da antiga Rua do Giz, na Praia Grande.*



Arquivo SPHAN

*O terreno para a construção da praça foi doado pela próMemória ao Governo maranhense.*

### PRAÇA

A Fundação Nacional próMemória cedeu ao Governo do Estado do Maranhão um terreno para construção da Praça da Praia Grande, recentemente concluída. No local havia edificações, mas, com a ausência de material iconográfico que permitisse uma reconstituição, optou-se por se ter uma praça naquele espaço, que vinha sendo ocupado como depósito de lixo e para descarga de caminhões.

Dentro da idéia de revitalização do Projeto Praia Grande, a praça foi construída para ser um espaço destinado ao lazer, servindo também à comunidade que habita o local, e posteriormente aos usuários da Pousada da Maratur, que será implantada ao lado. Buscou-se a menor interferência possível, sendo utilizados materiais como a grama, pedra, o cimento e a madeira, para os bancos, que marcam a presença da arquitetura de agora, sem interferências no conjunto, nem de forma, nem de volume.

## SPHAN/próMemória TEM NOVO DIRETOR PARA CEARÁ E R.G. DO NORTE

O arquiteto Domingos Linheiros assumiu, em abril passado, a direção da 3ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória (Ceará e Rio Grande do Norte), que estava subordinada interinamente à 2ª DR (Maranhão e Piauí). A solenidade de posse foi realizada na Delegacia Regional do MEC, em Fortaleza, e contou com a presença de autoridades estaduais, representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil/Secção Ceará e da SPHAN/próMemória.

O novo Diretor Regional tem um passado ligado ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como colaborador e, posteriormente, como o seu representante no Maranhão. Domingos Linheiros assumiu afirmando que vai procurar "estabelecer o diálogo aberto e permanente com todos os setores representativos da comunidade tendo em vista sua participação no processo de preservação de uma patrimônio que é de todos".

"Salvaguardar e conservar esse patrimônio - disse em seu pronunciamento - não são tarefas exclusivas dos órgãos responsáveis, assim como utilizá-lo e reanimá-lo adequadamente não deverão se constituir em propostas isoladas de elites culturais e minorias. Essas ações - prosseguiu - deverão conter cada vez mais reflexos evidentes de um sentimento coletivo, indispensável à preservação futura daqueles valores. Esse estágio poderá ser alcançado na medida em que se puder levar às sociedades o conhecimento do real valor dos seus bens culturais."

A 3ª DR da SPHAN/próMemória, segundo anunciou Domingos Linheiros, "buscará a articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como universidades, escolas, museus e outras instituições culturais visando à execução integrada de programas".

No entender do Diretor, a implantação da 3ª DR "evidencia uma política de descentralização administrativa da maior importância, em função dos diferentes aspéctos regionais inerentes ao patrimônio cultural" e "constitui-se, sem dúvida, em evento de grande significação no cenário cultural da região".

Para Domingos Linheiros, "uma conceituação menos elitista de bem cultural está a exigir no processo de preservação, valorização e difusão desses bens, maior participação das comunidades envolvidas". Segundo ele, "a participação tende a ser mais efetiva na medida em que os órgãos responsáveis por esse processo atuem mais próximos dos bens culturais e da população que os utiliza ou produz".

"O patrimônio assim considerado - disse mais - compreende não só as grandes obras do passado produzidas por seus gênios criadores, como também produções industriais e testemunhos da arte popular. Este conceito permite-nos considerar em nosso imenso território uma infinidade de manifestações do trabalho e da criatividade do homem que, refletindo contextos sócio-econômicos e culturais diversos, contribui para as afirmações de identidades regionais. O patrimônio constituído por todas essas manifestações representa pois a verdadeira memória nacional, retrospecto vivo de toda trajetória cultural da nação nos períodos de sua história e em todas as suas regiões".

O Diretor entende que torna-se cada vez necessário um trabalho constante e integrado em defesa do acervo cultural do país.

## SOLAR ABRIGA AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Em solenidade que contou com a presença do Ministro Rubem Ludwig e o Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, inaugurou, no dia 23 de abril passado, as novas instalações da instituição em São Luís do Maranhão. A agência da CEF naquela cidade está abrigada agora no "Solar São Luís", imóvel comprado e restaurado pelo órgão e considerado o maior prédio em estilo colonial do Brasil revestido de azulejos.

O "São Luís" – três pavimentos e 950 m2 – foi concluído em 1866. É uma construção em alvenaria de pedra e cal, com revestimento de azulejos portugueses nas cores azul e branco, pedras de cantaria, telha-calha de faiança e cerâmicas. Sua localização é no ponto mais nobre da cidade – esquina das ruas de Nazaré e Egito –, em área tombada pela SPHAN/próMemória. A fachada principal tem cinco portas, destacando-se a central, que tem arco decorado com folhas de acanto – há ainda cinco janelas com balcão ao nível do primeiro andar. Na outra fachada são 11 portas no térreo e 15 janelas em cada andar.

Os proprietários do "São Luís" foram muitos. Em 1932, nele foi instalado o quartel do interventor militar no Maranhão, João Gomes. Na Segunda Guerra, o edifício foi sede do Serviço de Mobilização do Trabalhador – no térreo funcionavam um café, uma livraria e um consultório médico. Em 3 de agosto de 1969 o prédio foi vitimado por um incêndio que consumiu todo o seu interior e o telhado, ficando de pé apenas as paredes externas. O imóvel ficou abandonado até 1976, quando a CEF o adquiriu. Três anos mais tarde, tiveram início as obras de recuperação, conservando as caractetísticas arquitetônicas originais.



Arquivo SPHAN

*As obras de restauração do Solar São Luís foram concluídas em três anos.*

Maio/Junho 1982

SPHAN 18

*pró*Memória

## FUNDAÇÃO próMemória COMPRA IMÓVEL TOMBADO EM SALVADOR

A Fundação Nacional próMemória adquiriu em maio passado da Companhia de Renovação Urbana da Prefeitura Municipal de Salvador o Solar Berquó, que, restaurado, vai abrigar as instalações da 5ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória. A denominação "Berquó" vem de 1760, época em que morou na casa o famoso Ministro Ouvidor do Crime, Francisco Antônio Berquó da Silveira.

O imóvel constitui um bem cultural que representa o tipo da arquitetura residencial nobre do século XVII e ainda hoje conserva a pureza arquitetônica do passado. Tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, o Solar Berquó é um prédio de grande significação na história da Bahia: durante a guerra da Independência serviu como quartel, tendo ali residido o General Madeira, chefe das tropas portuguesas.

Em 25 de outubro de 1824, ocorreu nessa casa o assassinato do Coronel Felisberto Gomes Caldeira, comandante de armas da Província, vítima de uma rebelião de tropas. A partir de 1885, o uso do Solar é votado para a educação e cultura, sendo ali instalado o Colégio São Salvador, que o ocupou por quase um século. Quando do tombamento, o imóvel era propriedade de Adolfo Tourinho, tendo seus herdeiros vendido-o em 18 de julho de 1980 à Companhia de Renovação Urbana, que agora o negociou com a próMemória.

Em 1958/59 foram realizadas obras de restauração do telhado, estabilização da estrutura, reparos e reforços nos suportes do forro; em 1970 a cobertura sofreu serviços de emergência e em 1974/75 forros e assoalhos foram recuperados.

O Solar Berquó é uma casa urbana, apresentando uma planta quase quadrada, possuindo dois pavimentos sobre a rua e subsolo.

O pavimento nobre possui belíssimos tetos em caixotões, dispostos em gamela, do tipo que dominou até a primeira metade do século XVIII. Existem azulejos do século XII na circulação e em vários salões deste pavimento.




*Solar Berquó, presença de grande siginificado na história da Bahia.*

## 1ª DR CONCLUI OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA CAPELA DA SOLEDADE (PA)

As obras de restauração da Capela do Cemitério da Soledade, em Belém, executadas através da 1ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, foram recentemente concluídas. Envolvendo recursos da ordem de Cr$ 3.401.515,00 e após quatro meses de trabalho, foram realizados os seguintes serviços: estabilização de paredes; reconstrução de trechos e paredes e telhado, desmoronados; substituição do madeiramento da cobertura e do entelhamento; execução de forro de madeira; substituição de todas as esquadrias; execução de pisos de tijoleira; instalação elétrica e hidráulica; e pintura geral da Capela.

O Cemitério da Soledade foi construído em meados do século XIX, para substituir o Cemitério do antigo Largo da Campina, que encontrava-se devastado e totalmente abandonado. A urgência da construção de um segundo cemitério público na cidade deveu-se, também, ao surto de febre amarela provocado pela chegada da barca Dinamarquesa Pollux, em janeiro de 1850.

O então Governador da Província do Pará, Jerônimo Francisco Coelho, mandou executar as obras em terreno não muito afastado do Largo da Campina, adquirido pela Câmara Municipal de Belém. Não tardou a mandar construir uma capela na área, à qual deu a invocação de Nossa Senhora da Soledade. Os ossos encontrados no Largo da Campina foram conduzidos para o Cemitério da Soledade, por ordem do Bispo do Pará, para evitar as profanações que frequentemente ocorriam no antigo cemitério. Dentro de poucos anos a nova necrópole apresentou graves inconvenientes, que levaram à sua interdição já em 1874. Além da diminuta extensão da área, em desacordo com o crescimento da população e da localização central, em lugar densamente habitado da cidade, havia também sérios problemas de ordem higiênica.

Apesar de desativado, o Cemitéro da Soledade ainda hoje é intensamente procurado por familiares de pessoas sepultadas, e nas segundas-feiras, dia das almas. Essa é a justificativa apresentada no projeto de restauração da Capela. O objetivo das obras, portanto, foi recuperá-la para uso público e preparar suas salas para receber serviços comunitários, considerando a possibilidade de uma recuperação mais ampla do cemitério e sua utilização como área verde.

## CONCLUÍDAS AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO PALÁCIO RIO NEGRO, EM MANAUS

O Palácio Rio Negro, em Manaus, foi reinaugurado no dia 5 de maio passado, após uma completa restauração, que devolveu ao prédio suas condições originais (SPHAN nº 15, pág. 14). Iniciadas em fevereiro de 1981, as obras de restauração do Palácio foram executadas pela Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas, através da SUPLAN-Superintendência de Obras, sob supervisão da 1ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.

O projeto de restauração do Palácio Rio Negro se enquadrou nos objetivos do Programa de Cidades Históricas da SPHAN/próMemória, que participou com cerca de 40% dos recursos destinados às obras, Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros). Os 60% restantes – Cr$ 28.212.245,47 (vinte e oito milhões, duzentos e doze mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros e quarenta e sete centavos) - ficaram por conta do Governo do Estado.

Construído no final do século passado para residência do comerciante alemão Waldemar Scholz e, em 1918, adquirido pelo Governo do Estado para Sede do Poder Executivo e Residência Oficial do Governador, passando a se chamar Palácio Rio Negro, o prédio, desde então, passou por reformas de toda ordem, que acabaram por alterar suas linhas originais, além de sofrer um acentuado desgaste na sua conservação, devido à intensidade e permanência do seu uso. A atual administração do Governo do Estado, ao constatar o estado de deterioração em que o edifício se encontrava, optou por instalar-se provisoriamente no prédio da Secretaria da Fazenda enquanto empenhava-se no projeto de restauração do Palácio.

Um engenheiro, uma arquiteta, um mestre de obras e um mestre marceneiro, todos técnicos do Estado ligados à SUPLAN, foram mandados à Salvador, Bahia, e à Olinda, Pernambuco, para uma visita à obras de restauração que aí vinham se realizando, como forma de auxiliá-los nos aspectos técnicos com que iriam se defrontar na recuperação do Palácio.

As obras de restauração do Palácio Rio Negro envolveram também o entorno do edifício. O pátio externo, antes em cimento bruto, foi calçado com paralelepípedos usados antigamente nas ruas de Manaus e teve, também, recolocados os postes tipo "cajado São José"; um projeto paisagístico foi elaborado com a preocupação de dar a harmonia necessária a todo o ambiente externo ao prédio, onde se destaca a arborizão regional da área verde; e, os edifícios vizinhos, um deles desapropriado para servir de anexo ao Palácio e construído na mesma época, embora de arquitetura mais simples, receberam atenção dos serviços técnicos e servirão de anexo para os serviços administrativos e de apoio ao Poder Executivo.

A manutenção do prédio ficará, agora, a cargo do Governo do Estado do Amazonas, que encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado um projeto de lei para transformar o Palácio em Museu do Estado, tão logo a sede de Executivo se mude para o Centro Administrativo que será construído em Manaus.



Arquivo SPHAN

## MOSTRA DOCUMENTA TÉCNICAS ALTERNATIVAS DE CONSTRUÇÃO

Técnicas construtivas antigas como o pau-a-pique, o adobe, o barro cru socado e, mais atual, o solo-cimento (versão contemporânea da taipa de pilão), marginalizadas e resgatadas por experiências de arquitetos e engenheiros, foram expostas e discutidas no mês de maio passado, no Rio de Janeiro, através da exposição "Arquitetura de Terra", montada no Solar Grand Jean de Montigny, na PUC. O ponto de partida para a exposição foi a vinda, por intermédio do Centro Cultural Francês do Rio, de parte da mostra do Centro Georges Pompidou, de Paris. Lá, com protótipos, projetos e maquetes de vários países do mundo, discutiu-se o futuro do barro cru secado ao ar livre e de suas técnicas, que dispensam a alvenaria e estão transformando-se em tecnologias alternativas.

Fotografias de habitações feitas com barro cru em todo o mundo, utilizando material e mão-de-obra local, foram mostradas na parte francesa da exposição. Desde construções de pirâmides, mesquitas, igrejas, templos, habitações rurais, casas urbanas, palácios, até casas com energia solar, desenvolvidas sobretudo nos Estados Unidos, em adobe (tijolos sem cozimento).

Com a ajuda da SPHAN/ próMemória e do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Rio, o setor brasileiro da exposição documentou um patrimônio arquitetônico construído no país há três séculos, em boa parte em taipa, e abriu a discussão ampla sobre o aproveitamento futuro dessas técnicas da terra. Foram reconstituídos o passado e as experiências contemporâneas, desde o projeto pioneiro de Lúcio Costa para a Vila Operária de Monlevade, em 1937, em pau-a-pique, através do qual o arquiteto defendia a utilização de pau-a-pique até para as casas de verão.

## COMUNIDADE DE RECIFE TEM DE VOLTA O TEATRO APOLO

O Teatro Apolo foi devolvido à comunidade de Recife, no dia 12 de maio passado, inteiramente restaurado pela Prefeitura da Cidade, com recursos da Empresa de Urbanização do Recife (URB) e da Fundação Nacional pró-Memória. O projeto de restauração do Teatro se enquadrou nos objetivos do Programa de Cidades Históricas da SPHAN/prόMemória; a manutenção do prédio, agora, está a cargo da Prefeitura.

Após 118 anos funcionando como armazém de açúcar, prensa de algodão e depósito de material químico, o Teatro Apolo voltou à atividade para a qual foi construído pela Sociedade Harmônico Teatral, fundada em 1833. Construído sob a orientação do pintor e arquiteto carioca, Joaquim Lopes de Barros Cabral e Teive, discípulo do pintor francês Jean Debret e do arquiteto, também francês, Grandjean de Montigny, o Teatro foi inaugurado a 19 de dezembro de 1846. Com o aparecimento do Teatro Santa Isabel no cenário cultural da cidade, em 1850, o Teatro Apolo foi caindo em desuso até que, em 1964, foi fechado e teve leiloados todos os seus pertences.

O editorial do *Diário de Pernambuco* de 21 de dezembro de 1846, informando sobre a inauguração do Teatro, faz uma minuciosa descrição de suas instalações, cujo interior "em forma de ferradura, admite 216 pessoas na platéia e 100 espectadores em cada uma de suas quatro galerias". Ainda segundo o editorial, "a decoração e a pintura são primorosas" e a fachada "é bem trabalhada e dá elegante perspectiva" ao prédio. Essa fachada, em estilo neoclássico, que ainda hoje exibe o brasão da Sociedade Harmônico Teatral, esculpido em pedra



Fernando Lizerra

*O Teatro Apolo, fundado em 1846, volta agora a ser espaço cultural em Recife.*

lioz, e as paredes que formavam a antiga caixa do edifício, foi só o que restou dos 136 anos de existência do Teatro Apolo. A platéia, os camarotes, os salões, o palco e a ribalta "são vagas reminiscências do ouvir falar". A parte interna foi transformada num teatro moderno, com sistema de ar condicionado central, obedecendo às mais novas técnicas de acústica e iluminação.

O Teatro Apolo situa-se num dos principais sítios de valor histórico, artístico e cultural de Recife, o Bairro do Recife, área que deu origem à cidade. A Prefeitura vem promovendo, através da URB–Recife, programas de revitalização e proteção dessas áreas, consideradas "de interesse ambiental urbano para a fisionomia da cidade". O Bairro do Recife, apesar das violentas mutações por que tem passado, ainda guarda fortes marcas do seu passado. Ali se encontram o Forte do Brum, a Igreja do Pilar, a Igreja da Madre de Deus, várias ruas e edificações dos séculos XVIII e XIX, à semelhança do próprio Teatro Apolo.

A reativação de funções do antigo Teatro Apolo, além de prover a cidade de mais um local para reuniões e realização de espetáculos, e recuperar fisicamente um imóvel de extraordinário valor arquitetônico, é peça importante no processo de revitalização do Bairro do Recife.

## CULTURA NEGRA, TEMA DE SEMINÁRIO NA CIDADE DE CACHOEIRA

Com a finalidade de refletir sobre o processo histórico da comunidade de Cachoeira e contribuir para a preservação da cultura afrobrasileira e de seus agentes produtores, foi realizado de 28 a 30 de maio passado, naquela cidade baiana, O Seminário "Escravidão e Abolição", uma promoção do Cineclube Cachoeira, que contou com a colaboração da SPHAN/prόMemória, Fundação Cultural do Estado da Bahia e da Fundação Casa de Paulo Dias Adorno.

Da programação constaram palestras, debates, mesas-redondas, exposições fotográficas, de textos, poesias, artesanato e outras produções artísticas, além de mostra de filnes acerca de aspectos da cultura negra, numa ampla abordagem do tema em questão. Os eventos foram realizados nas dependências do Museu da SPHAN/prόMemória, situado na Praça da Aclamação, e contaram com efetiva participação da comunidade cachoeirana.

Cachoeira, juntamente com Salvador, é uma das cidades da Bahia marcadas pela cultura negra. Colonizada pelos portugueses, no século XVI, ali foi implantada a cultura da cana-de-açúcar, o que contribuiu decisivamente para a fixação, nessa região, de milhares de negros escravos, oriundos de diversas tribos e grupos étnicos.

É grande a influência que os africanos deixaram para os seus descendentes já aculturados no país, particularmente em Cachoeira, onde as etnias iorubá, sudanês, banto e outras instalaram-se. Essas influências culturais são detectadas ainda hoje, através da culinária, religião, música e artes cênicas em geral.

As considerações gerais traçadas da influência do processo de colonização brasileira na formação cultural do povo cachoeirano fez sentir para os organizadores do Seminário a necessidade do aproveitamento do mês de maio – quando teve início a abolição da escravatura no país – para uma reflexão sobre essa história. Daí surgiu a idéia do Seminário "Abolição e Escravatura", durante o qual foi apresentada e debatida a situação do negro escravo, "sujeito à dominação dos colonizadores, o que gerou inúmeras manifestações de resistência contra as atrocidades do sistema político, econômico e social a que estavam submetidos na sociedade brasileira".

## MEC ENTREGA À FUNAI O MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJÚ

No dia 19 de abril passado, data em que se comemora o Dia Nacional do Índio, o Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, acompanhado do Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, esteve com o Ministro do Interior, Mário Andreazza, para a entrega oficial à Fundação Nacional do Índio–FUNAI da edição do *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*, editado pelo IBGE em colaboração com a Fundação Nacional próMemória (SPHAN nº 16, pág. 21).

Em tamanho de parede, um quadrado de cerca de um metro de lado, o *Mapa* localiza inúmeros grupos indígenas do Brasil e áreas adjacentes dos países vizinhos, tanto atuais como extintos. A classificação lingüística é indicada por mamchas de cores diversas que servem de fundo aos nomes tribais. Estes são escritos com diferentes tipos de letras, de modo a informar se o grupo indígena é extinto ou não, e, neste último caso, um traço vermelho sublinha o nome se o lugar corresponde à sua localização atual. Embaixo de cada nome quase sempre figura uma data, tomada em fonte documental, correspondente ao ano ou século em que o grupo ocupava tal posição geográfica.

Além de indispensável fonte de consulta para antropólogos, historiadores, professores, estudantes, o *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*, que mostra de maneira irrefutável como os índios ocuparam todo o território brasileiro, é um instrumento de alto valor para o indigenista preocupado em documentar a posse memorial da terra pelos grupos indígenas, e, mais ainda, para os próprios índios, na recuperação de seu passado e na luta pelos seus direitos.

Um fascículo de 97 páginas acompanha o *Mapa*. Ele contém observações de Nimuendajú sobre sua elaboração, as convenções utilizadas e instruções para sua consulta. Inclui um índice de tribos, em ordem alfabética, que indica, para cada uma, sua localização no *Mapa* segundo um sistema de faixas coordenadas: as verticais distingüidas por letras e as horizontais, por números; as ordinais correspondentes às obras consultadas que aludem a ela e sua classificação lingüística. Essas obras utilizadas na elaboração do *Mapa*, em número de 973, são arroladas provavelmente segundo a ordem em que foram inicialmente consultadas por Nimuendajú e, por isso, tão copiosa bibliografia é complementada por um índice alfabético de autores.

O autor do *Mapa*, Curt Nimuendajú, é, uma figura singular na história da etnologia brasileira. Nasceu em 1883 em Jena, na Alemanha, recebendo o nome de Curt Unkel. Menino órfão, não fez mais do que o curso secundário, passando a trabalhar na fábrica de lentes Zeiss. Veio para o Brasil por volta de 1903, satisfazendo a um sonho que alimentava desde a infância. Logo passou a trabalhar entre os índios, o que continuou a fazer durante toda uma vida de intensa atividade, até sua morte, em 1945. Atuou primeiramente junto aos Guaranis, dos quais recebeu o nome *Nimuendajú*, que, segundo interpretação de Recalde, significa "aquele que soube abrir seu próprio caminho neste mundo e conquistou o seu lugar". Com esse nome passou a assinar seus trabalhos e chegou a adotá-lo oficialmente ao se naturalizar brasileiro em 1922, abandonando o sobrenome alemão.

O *Mapa Etno-Histórico* manteve-se inédito por cerca de 40 anos. Sua elaboração corresponde ao período em que, por motivo de saúde. Nimuendajú teve suas pesquisas de campo desaconselhadas pelos médicos. Elaborou três versões do *Mapa:* uma em 1942, para a Smithsonian Institution e utilizada em partes desmembradas no *Handbook of South American Indians*, organizado por Julian Steward e publicado por aquela instituição a partir de 1946; outra em 1943, para o Museu Paraense Emílio Goeldi; e, finalmente, a terceira em 1944, para o Museu Nacional. Estas duas últimas é que serviram de base para a edição IBGE/pró-Memória.

## GOVERNO DE PERNAMBUCO DEFINE USO PARA BENS IMÓVEIS

Os órgãos e entidades da administração direta e indireta e fundações instituídas ou mantidas pelo Estado de Pernambuco utilizarão, de agora em diante, prioritariamente, imóveis de reconhecido valor histórico e artístico, de acordo com decreto assinado dia 10 de maio passado pelo Governador Marco Antônio de Oliveira Maciel.

Como justificativa ao decreto, o Governo de Estado de Pernambuco afirma que "o amparo à cultura é dever constitucional do Estado, competindo-lhe velar pela preservação dos monumentos de valor histórico e artístico, das paisagens naturais notáveis e das jazidas arqueológicas". E considera "a necessidade de salvaguardar o patrimônio integrante da história e da cultura nacionais, como elemento indispensável à formação da consciência histórica de um povo".

Para o fim previsto no decreto, são considerados como de reconhecido valor histórico e artístico os imóveis tombados pelo Estado ou pelo município onde se localizam; os imóveis localizados nas áreas objeto dos Planos de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife e do Interior do Estado e os imóveis de proteção urbanística instituída por lei do município onde se situam.

Os órgãos, entidades e fundações interessados em ampliar sua rede de estabelecimentos oficiarão ao Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco e à Prefeitura local, informando sobre a natureza e dimensão dos novos estabelecimentos e solicitando a indicação dos imóveis de reconhecido valor histórico e artístico, existentes no município, que possam vir a ser utilizados. O Conselho e a Prefeitura terão prazo de 60 dias, a contar do recebimento do ofício, para fornecer as indicações dos imóveis disponíveis e adequados ao uso pretendido.

Em outro decreto, datado do mesmo dia do anterior, o Governador Marco Maciel aprova os Planos de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife e do Interior do Estado, editados, respectivamente, pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Receife e pela Fundação de Desenvolvimento Municpal do Interior de Pernambuco, em 2 de fevereiro de 1979 e 27 de abril de 1982.

SPHAN 18
*pró*Memória

# livros e teses

*RUGENDAS. Secretaria do Estado da Cultura/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1982.*

Considerado um dos primeiros *brazilianists* na área das artes plásticas, Johann Moritz Rugendas, alemão, ainda no começo do século passado levou à Europa uma coletânea de paisagens brasileiras, retratando o universo indígena e algumas particularidades dos antigos habitantes dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Ao contrário de Jean Baptiste Debret, que igualmente retratou o Brasil do século passado, Rugendas é pouco divulgado no país. Por isso mesmo, a Secretaria do Estado da Cultura, em colaboração com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, acaba de lançar *Rugendas*, um livro com dezenas de reproduções que traçam o perfil de um Brasil distante.

Pouco se conhece sobre os primeiros anos de vida de Rugendas. É provável que ele já fosse famoso na Alemanha quando empreendeu sua primeira viagem ao Brasil em 1822. Nascido em Ausburg, em 1802, descendia de uma família de artistas e começou seus estudos com o pai, professor de uma escola de desenho da cidade.

Rugendas chegou ao Brasil com a expedição cientifica do Barão de Langsdorff, cientista, diplomata soviético e cônsul geral da Rússia no Brasil. O cientista obteve do Czar o crédito necessário para se enveredar pelo sertão brasileiro, em expedição científica, da qual também integrava Hércules Florence. A experiência coletiva dessa viagem resultou no livro *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, tradução de Visconde de Taunay (Edições Melhoramentos, 1941).

Apaixonado pela capital brasileira, Rugendas escreveu: "É o mais belo porto da terra, situado num país que produz tudo o que as necessidades físicas do homem exigem e tudo o que o Estado pode precisar da natureza para sua prosperidade. O artista retratou o Brasil de vários ângulos, no entanto, são raros seus desenhos sobre botânica nos museus brasileiros. O grande interesse do artista residia no conjunto, na misteriosa floresta tropical com a sua variedade e seu exostismo. "As flores nativas constituem a parte mais interessante do Brasil", costumava dizer aos amigos.

De volta à Europa reuniu 100 desenhos feitos no Brasil e os publicou numa edição luxuosa em 1835: *Viagem Pitoresca pelo Brasil*, editado na litografia de Engelmann, que também integrou a expedição, considerado o estabelecimento mais importante e perfeito do gênero.

Rugendas voltou . o Brasil, mais tarde, e percorreu parte da América do Sul e México; voltou para sua terra natal com uma enorme coleção de desenhos e pinturas. Publicou uma obra sobre o México semelhante à do Brasil e a pedido do rei da Prússia pintou uma série de pranchas sobre a América do Sul. Depois de sua morte em 1859, em Weilheim, muitos de seus desenhos foram para o Museu de Munique.

Em 1928, quando a Alemanha atravessava uma crise financeira muito grande, Clóvis Ribeiro e Wast Rodrigues, adquiriram dos museus vários desenhos originais de Rugendas. Trazendo-os para São Paulo, ofereceram o lote ao Governo Federal, que não o adquiriu por falta de verbas. Foram vendidos a particulares brasileiros os referentes a assuntos do Brasil, a colecionadores argentinos e uruguaios aqueles sobre a realidade rioplatense. Assim dispersou-se uma coleção que, antes do seu valor estético, é considerada um documento histórico importante.

---

*MOREIRA, Vicente Deocleciano. Jovens Ladrões: o caso do Maciel/Pelourinho. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.*

Estudo sobre ladrões de menoridade, residentes no Maciel, subárea do conjunto arquitetônico do Pelourinho, no centro antigo de Salvador, Bahia. Este conjunto, onde o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia vem desenvolvendo programas de restauração e de desenvolvimento social, experimenta acelerado processo de mudança, decorrente desta intervenção estatal. Conseqüentemente, o número de prostitutas, ladrões, traficantes, vem diminuindo, de ano para ano. Estes grupos ocupacionais vêm sendo envolvidos pela política de emprego, habitação popular e desenvolvimento comunitário do IPAC e, por outro lado, não teriam mesmo condições de se manter e de preservar a ambiência que, no passado, lhes era favorável e receptiva. Hoje, os custos do solo da habitação, no Pelourinho, se elevam com surpreendente rapidez.

Dentre esses grupos, estão os ladrões de menoridade, refletindo a "problemática" atribuída ao menor pobre, na sociedade brasileira. Na proposta teórico-metodológica que orienta e configura a dissertação, roubo e furto não são levados em conta como crimes, comportamentos desviados, delinqüentes, anômicos ou patológicos. Ao contrário, são compreendidos como papéis desempenhados por indivíduos, *atores* que, em virtude deste desempenho, adquirem o *status* de ladrão.

---

*O CARTAZ NO TEATRO. Secretaria de Estado da Cultura/Rádio e Televisão Cultura/Serviço Nacional de Teatro/Secretaria da Cultura do MEC. São Paulo, edição Fundação Padre Anchieta.*

Publicação que integra o Projeto Memória, do SNT (atual Instituto Nacional de Artes Cênicas). *O Cartaz no Teatro* é importante documentário do teatro de ontem e de hoje, constituindo-se em uma restropectiva do desenvolvimento das artes cênicas através dos tempos.

Com apresentações do Deputado Cunha Bueno, Secretário de Estado da Cultura, Orlando Miranda, Diretor do extinto SNT, e de José Armando Ferrara, *O cartaz no Teatro* traz uma panorâmica da função do cartaz como meio de divulgação do teatro brasileiro e mundial, além de uma síntese da história do teatro e depoimentos de artistas plásticos ilustradores, como Elifas Andreato, Martha Overbeck e Romero Cavalcanti. A publicação registra reproduções de cartazes de peças teatrais encenadas no início do século até às mais atuais.

*Livros e Teses* publica abaixo uma relação de livros editados pela SPHAN/pró-Memória que se encontram à venda na Loja FUNARTE, Rua Araújo Porto Alegre, 80, CEP 20.030, Rio de Janeiro, RJ, telefone (021) 262-0787. Atende pelo Reembolso Postal.

*Colonização de Teresópolis*, de Gilberto Ferrez. Estudo sobre a evolução da cidade de Teresópolis de 1700 a 1900, com reprodução, em preto e branco e em cores, de plantas originais, desenhores, pinturas e fotografias. 146 pp. + 53 estampas fora do texto. Cr$ 500,00.

*Restauração de pinturas. Aplicações da encáustica*, de Edson Motta e Maria Luíza Guimarães Salgado. Descrição dos métodos testados pelos autores e seus auxiliares no Laboratório de Conservação e Restauração de Pinturas, Talhas, Códices e Impressos da SPHAN, Edição bilíngüe (português e inglês). 146 pp. + 26 ilustrações fora do texto. Cr$ 500,00.

*Anais do Segundo Encontro de Governadores.* Volume reunindo as teses, comunicações, proposições, debates, depoimentos e conclusões a que chegaram os participantes do Encontro, realizado em Salvador em outubro de 1971, sobre a defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. 384 pp. Cr$ 500,00.

*Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, organizado por Judith Martins. Fundamentado em pesquisas realizadas ao longo de mais de vinte anos, a partir de cópias de documentos originais levantados em arquivos públicos civis e eclesiásticos de várias cidades mineiras, o dicionário põe à disposição dos estudiosos dados indispensáveis sobre as artes e a sociedade da velha Minas Gerais. 2 volumes: 408 e 336 pp. Cr$ 1.000,00.

*Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia (1587-1862).* Prefácio e notas de Frei Venâncio Willeke, OFM. Parte substancial da história da comunidade dos franciscanos na Bahia reconstituída através da crônica das gestões individuais dos guardiães do convento. 124 pp. + 9 ilustrações fora do texto. Cr$ 350,00.

*Nova contribuição ao estudo da pintura mineira (Norte de Minas)*, de Carlos del Negro. Voltado principalmente para a pintura dos tetos de igrejas, o estudo abarca uma área pouco divulgada, a região norte de Minas Gerais, onde se situam as localidades da antiga Comarca do Serro Frio. 432 pp. com 160 fotos em preto e branco. Cr$ 800,00.

*Restauração e revitalização de núcleos históricos. Análise face à experiência francesa.* Registro do Seminário realizado em agosto de 1978 no Rio de Janeiro, o volume enfaixa a palestra do arquieto e paisagista Jean-Bernard Perrin, consultor da Unesco, sobre a política francesa de proteção, remanejamento e valorização do patrimônio histórico urbano, os debates que se seguiram à palestra e, em apêndice, os principais textos da legislação francesa de proteção dos núcleos históricos. 76 pp., 20,5 x 27 cm. Cr$ 320,00.

*Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.* Visão panorâmica – atual e restrospectiva – da questão da preservação dos bens culturais no Brasil. Em trinta anexos os textos básicos da legislação federal sobre a matéria. 196 pp. Cr$ 350,00.

*A expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil: 1821-1829.* Catálogo descritivo completo de todo o material coletado pelos membros da expedição e conservado nos arquivos da União Soviética. 236 pp. Cr$ 600,00.

*Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945).* Introdução e notas de Lélia Coelho Frota. Autor do anteprojeto que iria fundamentar a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mário de Andrade foi um dos principais colaboradores de Rodrigo Mello Franco de Andrade durante os primeiros oito anos da gestão deste último à frente do órgão. O texto do anteprojeto e as cartas, ofícios e relatórios remetidos por Mário de Andrade ao Diretor do Serviço estão reunidos neste volume, que conta ainda com grande número de fotos e desenhos, muitos deles reproduzidos da documentação original. 194 pp. Cr$ 800,00.

*Promessa e milagre no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas do Campo, Minas Gerais.* Introdução de Lélia Coelho Frota. Catálogo referenciando a coleção de 89 ex-votos pintados e depositados, do século XVIII ao XX, na Basílica Menor do Bom Jesus de Matosinhos, tombados em 1980 pela SPHAN. 156 pp. ilustrada com fotos em preto branco e em cores. Cr$ 300,00.

*Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Relação dos bens tombados pela SPHAN, de 1938 a 1981, em todo o território nacional. Inclusos no volume dos textos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio cultural no Brasil, e da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o tombamento de bens na SPHAN. 196 pp. Cr$ 350,00.

*Mapa etno-histórico*, de Curt Nimuendaju. Reprodução em cores do mapa em que o famoso etnólogo retratou a realidade indígena do Brasil e das regiões adjacentes numa perspectiva histórica, lingüística e migratória. Acompanha o mapa um volume contendo as observações e os índices de tribos, bibliográfico e de autores, organizados por Curt Nimuendaju, e estudos assinados pelos professores Virgílio Correa Filho, L. de Castro Faria, Rodolpho Pinto Barbosa, Charlotte Emmerich e Yone Leite, e George de Cerqueira Leite Zarur. Cr$ 525,00.

*Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 18.* Sumário: "A pintura colonial em Minas Gerais", Rodrigo Mello Franco de Andrade; "Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho", Lúcio Costa; "Manuel Francisco de Araújo", Ivo Porto de Meneses; "A antiga Comercial Vila dos Lençóis", Fernando Machado Leal; "Possíveis manifestações de cultura Payaguá em território brasileiro", Ariete Alice Schmitt e Igor Chmyz; "Novas contribuições para o arquivo do Patrimônio Histórico", Herculano Gomes Mathias; "Inovação de Antônio Francisco Lisboa na estruturação arquitetônica dos retábulos", Lygia Martins Costa; "índice, por monumentos, do 'Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais' de Judith Martins", Ivo Porto de Meneses. 252 pp. com ilustrações. Cr$ 420,00.

*ROSÁRIO, Adalgisa Maria Vieira do. O Brasil filipino no período holandês. São Paulo: Editora Moderna; Brasília: INL, 1980.*

*O Brasil filipino no período holandês* foi o trabalho apresentado por Adalgisa Maria Veira do Rosário como tese de doutoramento na Universidade de Madrid, em 1970.

Não obstante a sua importância, a História do Brasil sob o domínio filipino, especialmente durante a ocupação holandesa, é um período pouco estudado. Escreveram sobre ele, entre outros; Varnhagen em *História das lutas com os holandeses no Brasil* (1624–1954), Luís da Câmara Cascudo em *Geografia do Brasil holandês,* José Honório Rodrigues em *Bibliografia e historiografia do Brasil holandês* e José Antônio Gonçalves de Mello em *Tempo dos flamengos.*

Com seu trabalho, Adalgisa Maria Vieira do Rosário objetivou preencher as lacunas que encontrou pela frente ao procurar responder a algumas perguntas sobre esse período, tais como: Foi benéfico ou não o período filipino para o Brasil? Preocupou-se a Coroa filipina pela sorte da rica colônia em mãos de seus inimigos? Aproveitou-se D. Fradique de Toledo Osório da invasão da Bahia para saquear e encher os cofres da Espanha, como pretendem alguns historiadores? O único interesse do Governo espanhol era substituir os protugueses no comércio com a colônia?

Para obter as respostas buscadas e desenvolver seu trabalho, fez pesquisas em arquivos e bibliotecas tanto espanholas como portuguesas. Na Espanha, consultou a Biblioteca Nacional de Madrid, a Biblioteca do Museu Naval (Madrid), a Real Academia de História e o Arquivo Geral de Simancas. Em Portugal, consultou a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Biblioteca Pública de Évora, a Biblioteca da Universidade de Coimbra, a Biblioteca da Ajuda, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo da Câmara Municipal do Porto e a Filmoteca da Escola Superior do Ultramar.

Quanto à ordenação dos fatos, não teve a preocupação de apresentá-lo cronologicamente, mas sim atender a uma seqüência lógica, dividindo o trabalho em duas partes: "Economia e Sociedade" e "Política espanhola relativa ao domínio holandês no Brasil", subdivididas em capítulos.

Na conclusão, escreve a autora:

"A tese tradicional, mantida por uma grande maioria de historiadores, sobre o abandono do Brasil pela Espanha durante o período holandês, principalmente na invasão de Pernambuco, carece de qualquer fundamento histórico. Ao contrário do que se tem afirmado, o interesse ultramarino da Coroa espanhola também se localizava no Brasil, e as medidas reais, para o Governo espanhol, tinham uma natural incidên ia sobre essa colônia (...). Assim, podemos concluir que a Espanha ofereceu ajuda ao Brasil, militar, política, econômica e moral, durante o período holandês, e, embora tal ajuda, tenha sido pouca e ineficaz, a História do Brasil teria sido muito diferente se não tivesse havido nenhuma interferência por parte da Espanha. Estão completamente equivocados aqueles historiadores que afirmarem o contrário".

ALém de notas de rodapé, a autora acrescentou, no final do trabalho, uma relação anotada dos documentos consultados e uma bibliografia sobre o assunto.

---

*PINTO, Luís de Aguiar Costa. Lutas de famílias no Brasil: Introdução ao seu estudo. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.*

Luís de Aguiar Costa Pinto, baiano, doutorou-se pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi catedrático de Sociologia da Faculdade de Economia e assessor técnico do Serviço de Pesquisa do Departamento de Agricultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais, Coordenador da Divisão de Estudos de Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e Cultura. É membro da Sociedade Brasileira de Sociologia, de que foi presidente; da Associação Internacional de Sociologia, de que foi primeiro vice-presidente, e da Sociedade Brasileira de Estatística. Desde 1960 é *senior research officer* junto ao United Nations Institute for Training and Research, em Nova Iorque. Escreveu: *Lutas de famílias no Brasil, Recôncavo, O Negro no Rio de Janeiro, Migrações Internas no Brasil, Análise das profissões comerciais, O Balconista, O Ensino da Sociologia na escola secundária, Sociologia e desenvolvimento,* além de muitos outros trabalhos em inglês e francês.

Seu ensaio sobre as lutas privadas no Brasil foi primeiramente publicado na Revista do Arquivo Municipal, de São Paulo, em 1943 e, revisto, foi reeditado, em volume, em 1946. Para a 2ª edição de *Lutas de Famílias no Brasil* não fez alterações, pois um trabalho sobre eventos ocorridos num remoto passado, diz ele, "não dá margem a nenhuma atualização", e, citando Hegel, "é possível interpretar o passado de diferentes modos – o que não é possível é modificá-lo".

Introdução ao estudo das lutas no Brasil, "marco inicial de focalização de um fenômenodos mais importantes para a compreensão da trama social do Brasil antigo", como observa Antônio Américo Jacobina Lacombe em comentário na 1ª orelha, o trabalho de L.A. da Costa Pinto deu origem a outros estudos, debates e complementações.

Na primeira parte, o autor introduz preliminares teóricas, mostrando como as lutas de famílias se desenvolvem noutras formas de conflito. Divide-a em três capítulos: "A vingança privada e a solidariedade da família", "O declínio da vingança privada" e "A sociedade brasileira: a família e o Estado". No prefácio à 1ª edição explica:

"Nessa parte, depois de ressaltarmos que o fenômeno deve ser entendido como um estágio da evolução do Direito, e, portanto, estreitamente ligado ao conjunto das relações sociais de que aquelas relações jurídicas são partes, procuramos mostrar as condições do aparecimento do fenômeno: a força da organização familial e a fraqueza da organização política.

"Equacionado o problema nesses termos, tínhamos de procurar na formação social do Brasil até onde elas se configuraram e de que modo o fizeram, ligando a hipertrofia do poder privado e a atrofia do poder político como condições propícias ao aparecimento, em nosso passado, da vingança privada como modo típico de controle social. Dessa maneira, parece-nos que o fenômeno, assim estudado, ao

lado do interesse intrínseco que pode apresentar, oferece-se como exemplo e prova, das mais significativas, das condições em que se desenvolveu o poder político no Brasil e por força das quais teve de reviver aqui fases pretéritas de evolução".

Na segunda parte, o autor faz o estudo de dois casos de lutas familiares: dos Pires *versus* Camargos, em São Paulo, e dos Montes *versus* Feitosas, no Ceará. Como anexo, ele transcreve documentos citados no texto, relativos às duas lutas de famílias. Num último capítulo, ele trata da Têmis, ou justiça interna da família, citando alguns casos ocorridos no Brasil Colônia. A bibliografia consultada é citada junto com as notas de rodapé.

*RISÉRIO, Antônio. Carnaval Ijexá – notas sobre afoxés e blocos do novo carnaval afrobaiano. Editora Corrupio, Salvador, Bahia, 1982.*

Escritos sobre o processo de "reafricanização" do carnaval e da vida da juventude negro-mestiça da Bahia, em seus diversos aspectos e dimensões: da influência da *soul music* e do *black power* dos EUA à repercussão aqui alcançada pelas revoluções anticolonialistas da África Negra, passando pelo exame da política cultural do Governo baiano, das relações entre afoxés e blocos afrobrasileiros e o Movimento Negro Unificado e pela discussão do problema da politização das entidades carnavalescas.

Em *Carnaval Ijexá*, Antônio Risério analisa, ainda, a própria dinâmica interna da vida baiana e nota que a ação de certos clubes carnavalescos de elite, não aceitando negros em seu meio, precipitou a reação africanizante. Textualmente, *Carnaval Ijexá* é um livro vivo e espontâneo, especialmente quando reproduz diálogos e conversas de pessoas que criaram as novas entidades "afrocarnavalescas" da Bahia. É o caso, por exemplo, das falas de Moa do Catendê, onde vemos a importância assumida pelos cantores na expressão de valores afro, entre a comunidade negro-mestiça de Salvador.

O autor fala também dos afoxés e maracatus, derivações da antiga instituição, pela igreja católica, dos "Reis Congo" e de seus vistosos desfiles. E mostra como o atual processo de "reafricanização" do carnaval se fez às custas dos chamados "blocos de índio", marcados por sua violência e rebeldia social – uma violência que vai se atenuando na medida em que se aprofunda a consciência da africanidade –, que hoje, para sobreviverem, aproximam-se do sincretismo afro-ameríndio.

Encerrando o livro, vamos encontrar uma "miniantologia" da nova poesia afro-baiana, baseada em reminiscências e jogando com a sonoridade das palavras africanas extraídas do vocabulário dos candomblés, para compor um conjunto eufônico e bem ritmado.

# CARTAS

## INFORMAÇÃO

"(...) O motivo desta carta refere-se a uma informação que gostaria de obter, se possível. Através do Boletim SPHAN nº 14 tomei conhecimento do livro de José Afonso da Silva – *Aspectos Jurídicos do Patrimônio Ambiental.* Seria muito útil a aquisição deste livro, pois estamos desenvolvendo na Prefeitura Municipal de Araraquara um trabalho referente a Patrimônio Ambiental Urbano (...). Outra informação se possível, se as *Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* editadas pelo IPHAN ainda são publicadas e como fazer para obtê-las (...)" – Arq. Maria Eugênia Sarti Magnani.

*NR – A publicação da Revista do Patrimônio encontra-se no momento, suspensa, mas voltará a circular em breve. O último número editado é o 18, à venda na Loja FUNARTE, Rua Araújo Porto Alegre, 80, CEP 20.030, Rio de Janeiro-RJ. O livro de José Afonso da Silva foi publicado pela Editora da USP.*

## RESTAURAÇÃO

"( . . . ) venho através deste solicitar-lhes uma informação, é no que tange a um trabalho de restauração realizado nesta cidade, mais especificamente o Solar do Almirante Alexandrino Faria de Alencar ( . . . ). Sobre o supracitado, desejo saber a quem me dirigir ( . . . ) para obter respostas sobre a supervisão da fidelidade do plano de restauração ( . . . ). Pois quero entrar em contato com o mesmo para que me esclareça certas dúvidas" – Antônio Augusto Franzt Soares – Rio Pardo (RS).

*NR – Para obter as informações desejadas, o senhor deverá procurar a 10ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, Rua Dr. Vicente de Paula Dutra, 215, Porto Alegre (RS), CEP-90.000, telefone- (0512) 271188.*

**Cartas para:**
**Fundação Nacional próMemória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - 70.710 - Brasília - DF. Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.**